

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**FALAR APAISANADO: UMA FORMA DE DESIGNAR
AS LÍNGUAS NA FRONTEIRA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Isaphi Marlene Jardim Alvarez

Santa Maria, RS, Brasil

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FALAR APAISANADO: UMA FORMA DE DESIGNAR AS
LÍNGUAS NA FRONTEIRA**

por

Isaphi Marlene Jardim Alvarez

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientador: Prof^a. Eliana Rosa Sturza

Santa Maria, RS, Brasil

2009

© 2009

Todos os direitos autorais reservados a Isaphi Marlene Jardim Alvarez. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Tamandai, 175, bloco O, aptº. 304, Bairro Nonoai, Santa Maria, RS, 97050-460.

Fone: (55) 3307-8757; end. eletr: isapalv@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**FALAR APAISANADO: UMA FORMA DE DESIGNAR AS LÍNGUAS
NA FRONTEIRA**

elaborada por
Isaphi Marlene Jardim Alvarez

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr. Eliana Rosa Sturza (UFSM)
Presidente Orientador

Prof^ª. Dr. Maria Teresa Celada (USP)

Prof^ª. Dr. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Santa Maria, 13 de março de 2009.

Dedico este trabalho às minhas irmãs:
Lilian, Gabriela, Maria Lúcia e Angélica,
por uma história como poucas de união,
de amor, de lutas e conquistas
e à minha filha **Victória**
pelo amor incondicional.
A vocês.

Agradeço:

À minha família pelo carinho e apoio sempre.

Aos meus pais **Iramar** e **Ecilda**
pelo amor e por uma vida inteira de batalhas e renúncias.

À minha mãe dois: **Ana Maria**, pelo exemplo e dedicação e por ser a
causa de uma busca incessante

Às minhas amigas **Fabiana Fernandes** e **Mariúsa Gall** pelo incentivo e
amizade preciosa em todos os momentos

Aos meus queridos colegas e amigos de suporte **Sara, Glenda, Tânia, Rejane** e
Lucélio, pelo estímulo e conforto sempre.

À **Larissa Cervo** pela leitura e contribuição no momento decisivo.

Aos funcionários do PPGL, **Jandir** e **Irene**, sempre incansáveis e presentes.

Ao meu querido amigo **Carlos**,
pela disponibilidade e pela compreensão em todos os momentos.

Aos membros da Comissão Examinadora, que gentilmente aceitaram o
Convite de ler e sugerir modificações para o aprimoramento deste trabalho.

De forma **muito especial** à minha **orientadora: Eliana Rosa Sturza**,
pelo gesto único de apoio e de incentivo,
que me proporcionou trilhar outros caminhos,
por sua compreensão, por sua confiança e amizade:

Muchas Gracias.

E, finalmente a todos
os que de alguma forma estiveram presentes nesta jornada e
compartilharam as minhas alegrias e angústia.

“Uno busca lleno de esperanzas
el camino que los sueños
prometieron a sus ansias...”

(Tango UNO de E. Santos Discépolos,
citado por Raul Alfonsín em 14/10/1985)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FALAR APAISANADO: UMA FORMA DE DESIGNAR AS LÍNGUAS NA FRONTEIRA

AUTOR: ISAPHI MARLENE JARDIN ALVAREZ
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ELIANA ROSA STURZA
Data e local da defesa: Santa Maria, 13 de março de 2009.

A pesquisa desenvolvida nos Estudos Lingüísticos, na Linha de Pesquisa: Língua, Sujeito e História, toma as teorias da Enunciação para refletir sobre a designação da língua 'do outro', ou seja, com se dá um nome à Língua 'do outro' que já está nomeada, considerando o espaço de enunciação fronteiriço. Nesse sentido, abordamos os conceitos de Espaço de Enunciação como constitutivos de uma relação entre línguas ou mais especificamente analisar os diferentes modos de designar as línguas praticadas nas zonas de fronteira em enunciados orais, produzidos por falantes fronteiriços. A pesquisa se efetiva a partir de uma revisão bibliográfica, dando ênfase ao suporte teórico, adotado para este estudo. O corpus da pesquisa se constituiu por recortes de enunciados orais produzidos por falantes fronteiriços. É interessante pensar que a relação que se cria entre a língua e o falante nos remete à questão do sujeito na linguagem, ao falante que se manifesta ao enunciar, desse modo, às implicações ou efeitos que causa a enunciação desse locutor ao apropriar-se da língua, fazê-la funcionar e significar. Uma hipótese é que o sujeito praticante de Línguas de Fronteira ao falar sobre a Língua 'do outro' a manifeste de diferentes modos, significando-a. Assim, nessa relação entre línguas e falantes é que se configura o espaço de enunciação, que também se constitui como um espaço entre línguas. Coloca-se por isso, a escolha de uma língua de enunciar ou para enunciar. É esta escolha, sempre regulada pelo caráter hierarquizante das línguas, que define enunciação como um lugar político do sujeito. Pensando no funcionamento e significação da linguagem, evidenciamos também a questão do funcionamento presente, que possui um passado de memórias instaurado pela temporalidade. Tal temporalidade permite que as línguas constituam sentidos ao se relacionarem em um mesmo espaço enunciativo. Dessa forma, por ser uma área de estudo através da qual se tem pensado sobre as relações entre as línguas, entende-se como relevante uma proposta de investigação no que diz respeito à designação dada pelos próprios falantes às línguas portuguesa e espanhola, as línguas que se praticam (ou não), considerando o espaço de enunciação fronteiriço.

Palavras-chave: enunciação, espaço de enunciação, fronteira, designação, línguas de fronteira.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Programa de Pós – Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

The designation of *the other's* language in border languages

AUTHOR: ISAPHI MARLENE JARDIN ALVAREZ

ADVISER: ELIANA ROSA STURZA

Place and date of presentation: Santa Maria, March, 2009.

The research was developed in Linguistics Studies, in the research line: *Language, Subject and History* and contemplates Enunciation theories guiding to a reflection about the designation of *the other's* language, it means, how to give a name to the language of 'the other' which is already named, taking into consideration the border enunciation space. In this sense, Enunciation Space concepts were approached as constitutive of a relation between languages or, more specifically, to analyze the different ways of designating the languages spoken in border zones through oral utterances produced by border speakers. This research became effective since a bibliographical review was made, giving emphasis to the theoretical support which was adopted in this work. The *corpus* of this research was composed by parts of oral utterances produced by border speakers. From this perspective, it is interesting to think that this *speaker-language* relation refers to the issue concerning the subject in language, the speaker which expresses himself while enunciating, thus the implications or effects this announcer's enunciation causes when he takes property of the language, making it work and have meaning. One hypothesis is that the subject which uses Border Languages expresses them in different ways, making them to have meaning, while talking about *the other's* language. Thus, the enunciation space configures in this relation between languages and speakers, which also constitutes an *interlanguages space*. Hence, there is the choice of a language of enunciation or a language for enunciation. It is this choice, always regulated by the hierarchy status of languages, that defines enunciation as the subject's political place. Looking to the function and the meaning of language, it is also evidenced the current signification, with a past of memories established by temporality. Such temporality permits languages to build sense while interacting in the same enunciative space. Once it is a study area in which the relations between languages have been considered, it is relevant to have a research proposal concerning the designation given by the speakers themselves in relation to Portuguese and Spanish and the languages that are (or aren't) practiced, taking into consideration the border enunciation space.

Keywords: enunciation, enunciation space, border, designation, border languages.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01. Foto de mapa mostrando a faixa fronteiriça.....	19
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: SITUANDO A FRONTEIRA	16
1.1 Constituição da fronteira geográfica	16
1.2 Delimitando fronteira	18
1.3 Fronteira como espaço social	21
CAPÍTULO 2: FRONTEIRA LINGÜÍSTICA	24
2.1 A fronteira materializada na língua.....	24
2.2 Falares fronteiriços.....	27
CAPÍTULO 3: RE(DIZENDO) LÍNGUA	36
3.1 A língua pela língua	36
3.2 Língua na perspectiva discursiva.....	38
3.3 Língua na perspectiva enunciativa.....	40
3.4 Enunciação	42
3.5 Espaço de Enunciação	49
3.6 Espaço de Enunciação Fronteiriço	50
3.7 Designação das línguas de fronteira.....	52
CAPÍTULO 4: SUJEITO E LÍNGUA NA FRONTEIRA	54
4.1 Dois pontos de um sujeito enunciador	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

A localização geográfica, os processos de delimitação das fronteiras geopolíticas, as questões sócio-históricas, as relações entre fronteiras territoriais e sociais, são fatores, entre outros, que configuram uma relação muito particular entre os sujeitos e as línguas em um espaço de enunciar diferenciado. Na presente pesquisa, tal espaço é problematizado e, de modo particular, engloba relações na fronteira geográfica compreendida entre Brasil e Uruguai, representados pelas cidades de Bagé/Livramento e Rivera, respectivamente.

Esse espaço geograficamente delimitado - que é um estar de diferentes modos entre territórios e de sujeitos que se significam entre línguas, materializa-se na configuração de um espaço de enunciação próprio e caracteriza-se por uma situação lingüística singular, a partir da relação que se instaura com o contato mais intenso da língua portuguesa com a língua espanhola. Uma situação que representa e particulariza esta fronteira e que será alvo de nossa reflexão, considerando-se as condições sócio-históricas e políticas.

O contato social e lingüístico que se configura nesta fronteira interessa-nos na medida em que o consideramos como constitutivo da conformação das práticas lingüísticas¹ estabelecidas de modo singular nas fronteiras do Brasil com o Uruguai.

É importante ressaltarmos, no entanto, que apesar de as relações sociais, lingüísticas e culturais estarem conformadas há bastante tempo, os estudos sobre tais contatos, principalmente com relação às línguas, são relativamente recentes. Nesse sentido, de acordo com Sturza (2006), para a lingüística brasileira, tais questões pouca relevância têm apresentado. Por isso, uma investigação sobre o assunto, tal qual propomos, parece-nos pertinente para a própria história da língua portuguesa.

Sturza (Ibid.) afirma que a relação de interação e contato entre os falantes de língua portuguesa e de língua espanhola tem sido abordada, no âmbito dos estudos

¹ Entendemos como prática lingüística a definição dada por Sturza (2008, p 1): "... quando entra em circulação uma das línguas nacionais em contato quando há a circulação e a prática de uma terceira língua, resultado do contato entre português e espanhol, a exemplo do portunhol, o que se está praticando pode ser uma mistura gramatical das línguas, no entanto o que a significa é essa relação entre os sujeitos como tal (fronteiriços) e as próprias línguas que fazem funcionar, com marcas enunciativas que remetem a este estado de estar "entre línguas"

lingüísticos, a partir de algumas perspectivas como a sociolingüística. Contudo, tais estudos foram realizados pela comunidade acadêmica uruguaia e, inclusive, tornaram-se um marco histórico para a lingüística de tal país.

A idéia inicial do tema em pauta originou-se com um estudo sobre a presença do português no Uruguai. Os dados, no entanto, instigaram a inclusão da situação de contato, o que, por fim, resultou em um mapeamento da presença da língua portuguesa no Uruguai.

Estudos sobre esse contato entre as línguas portuguesa e espanhola foram iniciados por José Pedro Rona, no final dos anos 50. Na década seguinte, o autor publicou sua obra pioneira **Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay** (1965), na qual nomeou a ‘mistura’ do português e do espanhol como *fronterizo*. De acordo com Rona, a circulação e a existência de ‘práticas lingüísticas’, na fronteira do Brasil com o Uruguai eram resultado do contato entre o espanhol e a língua dominante na região, o português, o que originou essas práticas lingüísticas nomeadas como *fronterizo* e *portunhol* (nomes dados a essa mistura de línguas) bem como comprovou a existência de um processo específico de contato lingüístico no território de fronteira.

A partir da obra **Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay** (Rona, 1965), surgiram novos trabalhos sobre a influência da língua portuguesa na região norte do Uruguai, entre eles o que se detém sobre as características de uma possível gramática do *Dialecto Portugués del Uruguay* (doravante DPU)², desde uma perspectiva sociolingüística.

Tais pesquisas e publicações significam para nós, além de referenciais teóricos, também referências a partir das quais podemos observar a evolução das relações das línguas portuguesa e espanhola em um contexto de enunciar diferenciado. Neste caso, ressalte-se que nesse contexto de disputa pela demarcação das fronteiras geopolíticas, o contato entre as línguas foi sendo intensificado. Isso porque, entre outras razões, as terras ao norte do Rio Negro,³ em princípios do século XX, eram um apêndice econômico e social do império português, já que os proprietários das terras eram em grande parte brasileiros com criação de gado (cf. Souza e Prado, 2004).

² Definido nas próximas páginas.

³ Terras do norte do território uruguaio. O Rio Negro atravessa o Uruguai em direção leste oeste e sugere uma divisão do país em norte e sul se o tomarmos como referência.

Contudo, assim como sofreram influências, os rio-grandenses deixaram muitos de seus costumes na fala e nos hábitos da região do Rio da Prata (Argentina e Uruguai). Por isso, a relação de que nos ocupamos não existe em um único sentido, ou seja, os brasileiros se relacionavam com os uruguaios, levando a sua língua até eles, mas também eram afetados pela cultura e pela língua espanhola (cf. Tau Golin, 2004).

De acordo com Sturza (2006), um dos fatores que favoreceu a presença do espanhol em terras gaúchas foi a existência de um comércio forte que se voltava para a região do Rio da Prata, tanto para importar como para exportar, provocando um ir e vir de pessoas.

A vida social e econômica das cidades limites, como por exemplo, Uruguiana e Libres, Santana do Livramento e Rivera, sempre foi intensa, ou pela facilidade de acesso ou pela proximidade geográfica ou pelo comércio de importação e exportação. Também, em muitos casos, por serem as capitais de Montevideu e Buenos Aires referências culturais para as cidades fronteiriças. Assim, a circulação das pessoas e igualmente das línguas praticadas sempre aconteceu. E dessa circulação resultaram nuances próprias nos falares desse espaço chamado *fronteira*.

Diante de tais considerações, este trabalho configura-se como um estudo cujo enfoque é o contato entre as línguas: portuguesa e espanhola. O corpus, por sua vez, constitui-se de seis enunciados orais de falantes brasileiros, recolhidos em uma zona de fronteira, e, mais especificamente nas cidades brasileiras de Bagé e Santana do Livramento. A partir dos enunciados recolhidos pretendemos mostrar como se materializa na língua o contato existente entre as línguas portuguesa e espanhola e a designação que os falantes fronteiriços brasileiros dão a essas línguas que utilizam na fronteira.

Ressalte-se que o contato que referendamos se significa na língua e tem seu funcionamento constituído no espaço de enunciação fronteiriço, a partir do qual são atribuídos sentidos às designações dadas à língua do outro - a dos sujeitos-falantes de um ou de outro lado da fronteira geopolítica.

O aporte teórico dessa pesquisa é a Teoria Enunciativa e a nossa perspectiva de enfoque é a Teoria Enunciativa. Entretanto, buscamos suporte teórico também em conceitos da Análise do Discurso de linha francesa, sempre que nos pareceu necessário.

O trabalho é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Situando a Fronteira**, localizamos o leitor geograficamente e evidenciamos a fronteira que tomamos para este trabalho (fronteira entre o Brasil e o Uruguai). Trabalhamos a noção de fronteira, conceituando-a a partir de perspectivas diferentes já que, nos interessa estabelecer a diferença entre fronteira geopolítica e social. Dessa forma, partimos da definição da palavra fronteira, tomada neste trabalho a partir do dicionário Aurélio Buarque de Holanda (1998) e, traçamos um percurso definindo faixa de fronteira, até chegarmos à perspectiva de fronteira como social.

No capítulo 2, cujo nome é **Fronteira Lingüística**, apresentamos a noção de fronteira na constituição do espaço de enunciação, uma vez que entendemos que ela funciona na enunciação dos falantes fronteiriços por estar entremeada pelas línguas em contato. Assim, apesar dos limites, das linhas divisórias que demarcam os territórios terem sido impostas pelo Estado e, terem ido, ao longo do tempo sendo redefinidas, o ir e vir das pessoas, na fronteira, entre uma linha e outra, continua. E, esse ir e vir vai materializando-se na língua devido a esse contato intensificado entre a língua portuguesa e a língua espanhola.

Já no capítulo 3, denominado **(Re) dizendo Línguas**, discutimos aspectos sobre as designações dadas às línguas, a partir de uma posição discursivo-enunciativa. Este é um momento em que referendamos Orlandi (1999), Dias (1996), entre outros. Continuamos com a definição de Guimarães (2007), que propõe língua a partir de dois momentos do seu funcionamento: considerada nas relações imaginárias dos falantes e, por isso, em meio a relações estabelecidas a partir da instituição do Estado Nacional para, em um segundo momento, a língua a ser pensada no seu funcionamento discursivo e nas relações entre língua e sujeito falante.

Após essa reflexão, definimos enunciação. Traçamos um percurso a partir de Benveniste (1989), e Guimarães (2000) para filiar-nos então à perspectiva enunciativa embasada primeiramente em Ducrot (1987) e, mais tarde em Guimarães (2000), segundo as explicitações tecidas no capítulo 4.

Não obstante, problematizamos o espaço de enunciação, conforme Guimarães (2002), e ainda o espaço de enunciação fronteiriço, de acordo com Sturza (2006). Já para discorrermos a respeito da categoria de análise selecionada e de como ela é constitutiva dos sentidos dados às línguas pelos sujeitos-falantes,

discutimos no subitem **A Designação das Línguas da Fronteira** o conceito de designação à luz de Guimarães (2002).

No capítulo 4, cujo nome é **Sujeito e Língua na Fronteira**, trabalhamos com os enunciados recortados *a priori* conjuntamente ao aporte teórico deste trabalho. Dessa forma, selecionamos enunciados orais de sujeitos fronteiriços para mostrar a partir dos referidos enunciados como esse sujeito diz sobre a língua, e nesse sentido, demarca as relações estabelecidas de línguas em contato. Estes enunciados nos permitem algumas interpretações para as questões enunciativas que permeiam o nosso trabalho.

Inferimos a partir deles que a circulação das pessoas sempre foi intensa nessa fronteira geográfica tomada neste trabalho, entre o Brasil e o Uruguai, mesmo que tenhamos fronteira entendida como um lugar de divisão, de separação, como o lugar geopolítico que determina o nosso fim e o início do outro. E, com uma intensidade que se materializa linguisticamente, se consideramos a fronteira social, como um lugar de sentidos apreendidos, configurados em um espaço de presença das línguas que ultrapassam os limites geográficos e permitem o deslocamento das línguas para além das margens desse “entre-lugar”.

Nas **Considerações finais** retomamos aspectos da reflexão que propusemos para a realização deste trabalho e concluímos que ele contribui para os estudos sobre enunciação na fronteira e nos leva a uma reflexão sobre a atitude da lingüística brasileira no sentido de dirigir um olhar para as práticas lingüísticas fronteiriças e sobre o que elas podem dizer-nos.

CAPÍTULO 1

SITUANDO A FRONTEIRA

1.1 Constituição da fronteira geográfica

Neste subitem, vamos trabalhar a fronteira como um conceito, sob mais de um aspecto, a partir de postulados e definições inscritos em diferentes perspectivas epistemológicas. Mais especificamente, interessa-nos estabelecer a diferença entre a fronteira geopolítica, a fronteira social e a fronteira lingüística.

Iniciaremos com a definição de fronteira como lugar geográfico. O dicionário **Aurélio Buarque de Holanda** (1998) dá a seguinte acepção: “**Fronteira:** substantivo feminino. 1. Extremidade dum país ou região do lado onde confina com outro; limite, raia. 2. Região adjacente a essa extremidade”.

Nesta perspectiva fronteira nos é definida como o limite, a raia, uma região de extremo o que nos leva a um entendimento geográfico de fronteira como um lugar de divisão, de separação, ou o lugar que determina o fim do nosso território. De certo modo, o nosso fim e o início do outro. Esse conceito assim compreendido já nos remete a um embate entre o quanto a fronteira é real e o quanto ela é simbólica (imaginária).

Machado (1998, p. 56) afirma que a fronteira “nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado”, ou seja, a fronteira era o que marcava o *começo* de um Estado e/ou o *fim* de outro (o confim). De acordo com a autora (Ibid.), quando os padrões de civilização ultrapassaram o nível da subsistência, houve a necessidade da troca, do intercâmbio, e foi neste momento que a fronteira passou a ser encarada como lugar de comunicação entre os Estados, assumindo, por essa razão, contornos políticos.

Para Pesavento (2002, p. 36), “a fronteira é enfim, menos uma linha que um espaço, menos um marco físico ou natural que um sistema simbólico [...] encerra em si um significado que opera para além dos aspectos territoriais”.

A partir dessas colocações, podemos observar que a fronteira significa em uma relação de oposição, representando aquilo que separa e marcando a distinção entre dois ou mais territórios. Ela sinaliza a existência da diferença e, ao mesmo tempo, da proximidade entre dois territórios. Por representar o limite, instaura também uma idéia de algo que não se pode ultrapassar, o fim de um espaço definido e o início de outro, conforme nos menciona Machado (2004).

Nesse sentido, Dallari (2001, p. 57) nos afirma sobre a constituição do Estado: “[...] significa reconhecer ao Estado o monopólio de ocupação de determinado espaço, sendo impossível que no mesmo lugar e ao mesmo tempo convivam duas ou mais soberanias”. O Estado demarca seu território, ocupa o espaço e consolida o sentimento nacionalista através da língua.

A idéia de estabelecer limites, demarcar territórios, reproduz, de certo modo, o sentido mesmo de geograficamente associar língua e Estado. Nos Estados Nacionais, porque se sustentam ideologicamente no ideal monolíngüe, a língua é fator de consolidação do sentimento nacionalista. Língua, nação e território soberano são os pilares constituintes do Estado Moderno, segundo Dallari (2001).

Por isso, quando nos deparamos com uma fronteira ou espaço de enunciar definido, caracterizado por uma situação de línguas em contato, nos remetemos também a um território de transgressão e, porque não de desconstrução desse ideal monolíngüe de Estado Moderno.

Dessa forma, os sentidos pré-construídos permitem que fronteira signifique constituindo uma memória discursiva,⁴ (cf. Pecheux, 1999) incluindo sentidos que a façam significar como um lugar marcado pela separação, pela diferença.

Entretanto, considerando a perspectiva social, a fronteira é uma região comum porque de circulação, de integração, de comunicação. E, então se estabelece o embate.

⁴ Conceito definido no capítulo 3.

1.2 Delimitando Fronteira

Quando trabalhamos com a noção de fronteira, devemos ter presente tanto a sua importância físico-geográfica como a importância histórico-simbólica, pois desta forma podemos evocar o que a fronteira inclui e o que está dela excluído.

Por isso, ao delimitar fronteira a partir de uma perspectiva geográfica, apresentamos *a priori* uma definição do que, a partir da década de 80, final da década de 70, se definiu como faixa de fronteira.

Machado da Silveira, Freitas e Adamczuk (2002, p. 14) nos dizem que:

A faixa de fronteira está definida pela Lei nº 6634, de 02.05.79, a qual revogou a Lei nº 2597, de 12.09.55, e também alterou o Decreto-lei nº 1135, de 03.12.70. Foi durante o governo do Pres. Ernesto Geisel que se regulamentou os 150 Km internos e paralelos à linha divisória terrestre do território brasileiro. Considerados "área indispensável à segurança nacional", tais territórios permanecem tendo restrições à implementação de atividades em seu espaço, pois neles está vedada, sem prévio assentimento do órgão federal competente, a prática de diferentes atos. Entre eles, a concessão de terras, a abertura de vias de transportes, a instalação de meios de comunicação, a construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso e outras atividades (...)

Conforme o estabelecido pela lei acima mencionada, a faixa de fronteira do Brasil meridional, a partir da confluência de diversos fatores, se compõe por territórios geograficamente pertencentes à região da Campanha (ou fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul), além das regiões das Missões e da Depressão Central, entre outros.

Para situar-nos geograficamente trazemos o mapa a seguir mostra a faixa de fronteira de todo o território nacional brasileiro. Nele destacamos a região que interessa particularmente para este trabalho:

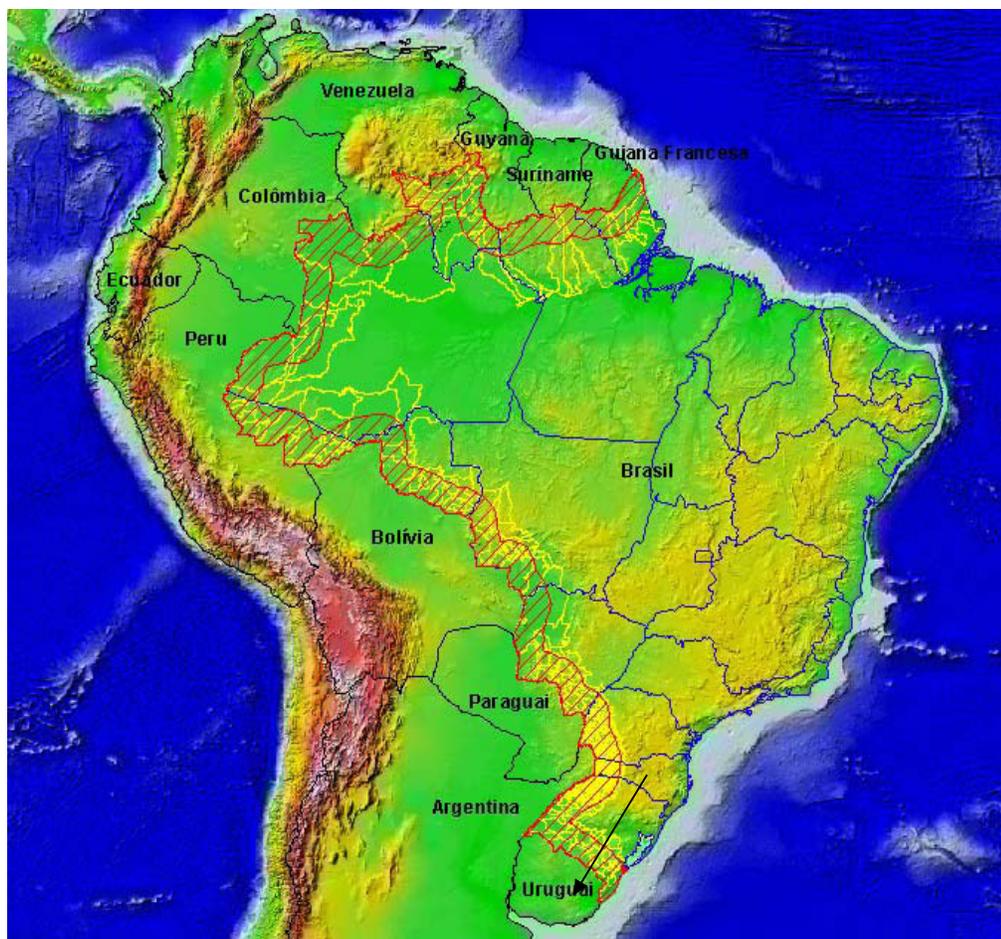


FIGURA 01. Foto de mapa mostrando a faixa fronteiriça

Fonte: GRUPO RETIS/IGEO/UFRJ (www.igeo.ufrj.br/fronteiras) – acessado em dezembro 2008.⁵

Podemos apontar de acordo com Wilson e Donnan (1998) três elementos que perpassam pela noção de fronteira: a linha limítrofe, a qual permite separar e unir ao mesmo tempo os estados-nação; as estruturas físicas do estado que pretendem demarcar e proteger a linha de fronteira, composta de pessoas e estruturas enraizadas profundamente no território nacional; e, por último, as zonas territoriais, cujas variadas dimensões se alargam a partir e através de fronteiras, dentro das quais as pessoas negociam uma variedade de comportamentos e significados associados ao seu pertencimento a nações e estados.

Dessa forma, quando dois Estados disputam um território, não há a existência de duas ou mais soberanias, mas um espaço caracterizado pela disputa dos limites territoriais demarcados, que se dão de modo imaginário e também físico. Este

⁵ A seta no mapa indica a faixa de fronteira à qual nos referimos e onde nos estabelecemos geograficamente neste trabalho.

espaço físico pode ser delimitado por marcos estabelecidos, como é o caso do obelisco, situado na Praça Internacional Livramento/Rivera, que marca o limite entre Brasil e Uruguai, nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, ou por um marco no meio do nada como é o caso da demarcação fronteiriça entre Bagé e o povoado de Ansina no Uruguai.

Por isso, podemos dizer que a definição ou ampliação dos limites territoriais nas fronteiras entre o Brasil e os países hispânicos limítrofes estabeleceu ou (de)marcou a autoridade jurídica dos Estados Nacionais pós-independência das colônias hispânicas e portuguesa na América (sec. XIX). Inclusive as fronteiras no sul foram ocupadas por militares, o elemento humano que representava o Estado na sua defesa.

A fronteira geográfica quando representada por um marco físico, serve para referir o limite territorial entre Estados Nacionais, fazendo com que se regulem as relações políticas e econômicas entre esses Estados. Na história do Rio Grande do Sul, esses limites alteraram-se muitas vezes.

Entretanto, as populações pouco se mobilizavam, pois as alterações de limites são decisões de Estados não motivação de grupos sociais que passam a migrar em busca de melhores condições socioeconômicas, como é o caso de ocupação portuguesa no norte uruguaio.

Por isso, não podemos ignorar de que todos esses elementos mencionados, quando associados, geram uma fronteira *sui generis*, que mesmo confinando politicamente permanece contígua do ponto de vista cultural.

Segundo Machado da Silveira, Freitas e Adamczuk (2002), os choques e lutas armadas concederam à fronteira sul do Brasil o seu caráter peculiar e, inclusive, emprestaram traços distintivos à própria cultura do gauchismo como um todo.

Essa cultura permite estabelecer uma ligação que extrapola os limites físicos do estado-nação, transformando a presença da estrutura do estado na sua relação com os vizinhos do Uruguai e da Argentina.

Entretanto, há um paradoxo que conforma essa ligação: são os traços de contigüidade e, ao mesmo tempo de disparidade (Sturza, 2008) que constituem a fronteira e o ser fronteiriço, configurando uma fronteira simbolicamente social.

1.3 Fronteira como espaço social

Para o desenvolvimento deste subitem, separamos a definição de fronteira geográfica ou geopolítica e histórica da definição de fronteira a que mais recorreremos nesta pesquisa: a fronteira como um espaço social.

A fronteira enquanto espaço social, no caso do sul do Brasil, configurou-se de forma dinâmica. Ela teve início ainda durante os conflitos bélicos entre as coroas portuguesa e espanhola devido, entre outros fatores, à grande distância geográfica entre a corte e a Província do Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), que permitia o contato ou a relação de proximidade estabelecida e intensificada entre os rio-grandenses e os países do Prata.

Além disso, o império com sua política contrária aos interesses dos caudilhos instigava a revolta farroupilha, o que pode ser considerado como outro aspecto que contribuiu para o estreitamento das relações entre a província do Rio Grande de São Pedro e o Estado Oriental (Uruguai) .

No Rio Grande do Sul, o convívio com os estados vizinhos, desde o início do século XVIII até a primeira década do século XX, foi o responsável pela construção deste espaço diferenciado que consideramos social, em virtude da natureza das relações interpessoais nele vivenciadas. As relações adversas mantidas entre os diferentes países com o Brasil afetam ou afetaram de alguma forma a língua, a cultura e os costumes dos sujeitos que vivem na faixa de fronteira da região sul.

Por isso, apresentamos aqui alguns desses aspectos que nos possibilitam observar a discursividade produzida pelos sujeitos falantes desse espaço tão adverso denominado fronteira considerando o que Guimarães (2002, p. 18) nos expressa sobre as relações entre os falantes: “as relações entre falantes são estabelecidas pela língua, e só há língua porque há falantes, e só há falantes porque há língua”.

Nesse sentido, sabemos que as relações em uma fronteira são pautadas pela língua. Porém, a relação que problematizamos é singular, única por vários aspectos, tais como a intensa circulação e a permanência dos sujeitos entre-línguas, o que configura um falar próprio da fronteira. Dessa forma, este espaço no qual circulam falantes de línguas diferentes configura-se em um espaço político que se constitui “dividido desigualmente, de disputa pela palavra” (Guimarães, 2002, p. 20).

É pelo panorama estabelecido até o momento que nos questionamos sobre o instante em que a língua relaciona-se com a constituição da sociedade fronteiriça e com os sujeitos que dela fazem parte. Nesse sentido, entrevistamos falantes entre-línguas, sujeitos desse espaço de línguas em contato, especificamente, no caso português-espanhol, no qual fronteira significa de modo distinto porque pode ser compreendida como um conceito geopolítico ou como um conceito de fronteira social, o que nos traz também fronteira entre-línguas e fronteira cultural.

Sabemos que, na conformação dessas fronteiras, por um longo tempo houve disputas pautadas por negociações diplomáticas e, quando não houve acordo, houve enfrentamentos armados. Foi como ocorreu o processo de definição dos limites territoriais, delimitando a relação entre o que pode ser pensado como 'externo' e 'interno', fator que de certo modo contribuiu junto aos demais para significar o que é então uma identidade ou referência nacional.

Consideramos, neste caso, a consolidação da idéia de o que é 'interior' seja entendido como *de dentro*, que não extrapolou os limites geopolíticos do país; de o que é 'local', pertencente a esse território designado faixa de fronteira; de o que é 'regional', do atual Rio Grande do Sul; e, conseqüentemente, de quais são os 'horizontes nacionais'.

Sabemos que na conformação dessas fronteiras, por um longo tempo houve disputas, pautadas por negociações diplomáticas e, quando não houve acordo, vieram os enfrentamentos armados. Foi como ocorreu o processo de definição dos limites territoriais, delimitando a relação entre o que podemos dizer 'externo' e o que pode ser chamado de 'interno', fator que de certa forma contribuiu junto aos demais para significar o que é então uma identidade ou referência nacional.

Consideramos, neste caso, a consolidação da idéia do que é "interior", entendido como de dentro, que não extrapolou os limites geopolíticos do país, do que é "local", pertencente a esse território designado faixa de fronteira, do que é "regional", do atual Rio Grande do Sul e, conseqüentemente de quais são os "horizontes nacionais".

Isso significa que a fronteira é um espaço que limita e separa, apontando direções aos sentidos. Percebemos que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos

identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária definido pela diferença, conforme expõe Leenhardt (2002).

Entendemos aqui que o conceito de fronteira constitui-se pelo sentido do imaginário. A fronteira representa-se, na realidade, como espaço delimitado, construindo princípios que significam formas de um reconhecimento, que propõem um *nós* com relação a um *outro*.

Nesse sentido, no próximo capítulo mostraremos ainda uma definição de fronteira como um espaço social, real, e ao mesmo tempo como espaço marcado pelo simbólico, constituído pelo sentido do imaginário - fronteira lingüística, materializada na língua.

CAPÍTULO 2

FRONTEIRA LINGÜÍSTICA

2.1 A fronteira materializada na língua

A influência lingüística que uma língua exerce sobre outra é um fato facilmente perceptível e constatado historicamente. Desde que os contatos entre os povos de línguas diferentes se estabeleceram, tivemos como conseqüência uma língua mais importante ou influente, o que se deve a motivos tais como: pela literatura, porque permitia uma maior comunicação entre os povos; ou porque a nação que empregava a língua ‘importante’ era a potência econômica, política ou cultural do momento, segundo Machado (2001), como é o caso do português e do espanhol no século XV e XVI, do francês no século XVIII e do inglês no pós-guerra do século XX.

Nesse sentido, Martinez (2004, p.48) referenda que

[...] siempre ha habido lenguas vecinas en las que las fronteras políticas y lingüísticas han estado cambiando continuamente. En cualquier caso, ninguna lengua se sustrae a ser influida por otras. Si a esto le añadimos la cercanía geográfica y, a veces, un destino común en lo político y en lo económico, las posibles influencias son mucho mayores. Esto es lo que ha sucedido entre el portugués y el español. La cercanía geográfica y el haber formado parte de un mismo imperio han contribuido a que se produjeran “interferencias” en ambas lenguas. Pero hay que señalar también que precisamente por esa cercanía – que a veces se ha sentido como un peligro – los dos pueblos han delimitado tajantemente sus fronteras, sobre todo en el terreno lingüístico⁶.

⁶ Tradução nossa: [...] sempre têm existido línguas vizinhas nas quais as fronteiras políticas e lingüísticas têm mudado constantemente. De todas as formas, nenhuma língua se livra de ser influenciada por outras. Somando-se a isto a proximidade geográfica, e, às vezes, um destino comum no político e no econômico, as possíveis influências são muito maiores. Isto é o que acontece entre o português e o espanhol. A proximidade geográfica e o fato de haver pertencido a um mesmo império tem contribuído para que se produzissem interferências em ambas as línguas. Mas há que destacar também que precisamente por essa proximidade – que às vezes se tem sentido como um perigo – os dois povos têm delimitado efetivamente suas fronteiras, sobretudo no terreno lingüístico.

Por isso, havia uma necessidade imperiosa de demarcar as fronteiras, geográfica, social e linguisticamente como forma de diminuir esse risco de “interferências” entre as línguas e preservar a soberania do Estado.

Como o estabelecimento dos limites territoriais, na fronteira do Brasil e do Uruguai, ocorreu à revelia, de forma independente (ou mesmo contrária) aos desejos e aspirações dos habitantes da zona de fronteira.

Sempre que houve alterações quando foram traçados os limites territoriais, essas mudanças não se reproduziram no movimento das populações que migraram, por inúmeras razões, tais como socioeconômicas. Por isso, dizemos que a fronteira é um espaço social, é um espaço real, que se significa simbolicamente.

Sobre tal aspecto, Machado (1998, p. 41) afirma-nos que:

é preciso [...] notar que, quando os Estados, Reinos ou Províncias tratam de *contratar*, quer dizer, de fixar as fronteiras por tratados mais que pelas armas, não intervêm em um território virgem. Práticas ancestrais foram já estabelecidas entre as populações que se tocam, constituíram-se *modus vivendi* que integram [...]. [grifos do autor]

No entanto, as populações não seguem esse mesmo movimento, não mudam de relações, não mudam de língua. O *modus vivendi* não se altera, embora muitas vezes haja alteração de país e de língua oficial por decisões dos governantes, que evidentemente não reproduzem as mudanças que os sujeitos em si vivenciam ao se mobilizarem entre as linhas divisórias.

Vale ressaltar que as regiões fronteiriças comumente são objeto de preocupação dos Estados pela necessidade de controles fiscais, comerciais, legais, etc, já que, ser fronteira é também ser limite, e, por isso mesmo é remetida a elas a idéia de que conformam um espaço do nada, do confim, do tudo é possível fato que nos leva a uma versão deturpada do ‘caráter nacional’, imbuída do ‘outro’, o que pode implicar uma afronta à soberania, então controlada via um modo de vida e de sintonia à economia local, o ‘interno’.

Betancor & Angelo (1998, p. 72), nos dizem que “la frontera sirve para señalar y favorecer la identidad de las naciones que están detrás de ellas. La línea de frontera se convierte así en una línea de defensa contra lo foráneo”⁷.

⁷ Tradução nossa: “a fronteira serve para marcar e favorecer a identidade das nações que estão por trás delas. A linha de fronteira se converte assim em uma linha de defesa contra o forasteiro”.

Neste contexto, o território constitui apenas uma precária definição espacial gerada de forma provisória pelas expansões, o que nos permite refletir, mais tarde, inclusive sobre a 'identificação' dos habitantes desse espaço.

Fronteira, portanto, não representa apenas uma 'linha de defesa' ou um trânsito de lugar, mas sim lugar de condições propícias para o diálogo, para o intercâmbio, para o *ir e vir*. As fronteiras são definidas pelo que podem configurar enquanto um espaço novo que se caracteriza pela mobilidade e dinamismo das comunidades pertencentes.

Os movimentos que se produziram ao longo da história de formação dos Estados Nacionais na América resultaram em políticas que repercutiram para a redimensão de conceitos como o de fronteira.

Pensar no conceito de fronteira como espaço lingüístico advém de pensar também nas práticas e diversidade culturais geradas nesses espaços, justamente porque se produzem de outro modo, constituído e integrado pelo contato. Isso assim se considera embora particularmente haja escolhas como as Línguas dos Blocos, que são sempre escolhas majoritárias, como é o caso da língua portuguesa e da língua espanhola no Mercosul (Tratado de Assunção, 1990).

Diante de tais considerações, podemos então definir a fronteira como configuração de sujeitos, culturas, práticas sociais e culturais. Não obstante, podemos exemplificá-la, no caso em análise, através de designações como 'brasiguaios', denominação dada às pessoas que possuem dupla nacionalidade, sujeitos que nascem no Brasil, (ou vice-versa), cidadãos brasileiros que são também registrados no Uruguai (consulado), como forma de garantir os direitos de cidadania de cada país. E por que não como interface lingüística, como é o caso do portunhol⁸, do DPU, Ou, ainda, *fronterizo* a mistura das línguas nomeada por Rona (1965), entre outros.

⁸ Portunhol de acordo com Sturza (2006: 131): "designa uma prática lingüística deficitária, uma passagem entre uma língua e outra, por isso nem uma língua, nem outra."

2.2 Falares fronteiriços

A possibilidade de pensar sobre a fronteira no âmbito dos estudos lingüísticos nos leva a estabelecer uma demarcação para este trabalho. A noção de fronteira nos estudos lingüísticos tem sido focada no que tange à relação entre as gramáticas das línguas. Muitos estudos sobre línguas em contato buscam explicitar características das formas misturadas, de uma morfossintaxe em transição, sem esquecer dos empréstimos lexicais que é onde há mais ocorrência de aspectos lingüísticos que marcam a presença de uma gramática de dialeto ou da mistura (caso dos DPUs), uma língua no sistema lingüístico de outra.

Se pensarmos sob a ótica da constituição, a fronteira estabeleceria, pois, uma espécie de “entre-lugar”. A fronteira não se põe em nenhum extremo, ou lado, ela é ao mesmo tempo, “um”, “outro”, “ambos” ou “nenhum”.

Nesse sentido, estar na fronteira é estar à margem, no ponto extremo, na borda, distante do centro, em lugar diferente e, por que não, estranho? O embate que se estabelece, por uma condição binária, o ser ‘um’, ou ‘outro’, o estar ‘dentro’, ou ‘fora’, permite-nos uma reflexão ou (re)significação sobre *o que é* fronteira, ou o que é *estar na* fronteira.

Camblong (2006, p. 5) assim expressa a condição de *ser* fronteira:

[...] un territorio de pasajes, de tráfico perpetuo y de ajetreos simbólicos enrevesados, complejos y mixturados. Un mundo dinámico en el que se manejan varias monedas, distintas lenguas, más de una documentación personal, se compra y se vende, se llora y se ríe, se ama y se odia en movimientos continuos de un lado al otro. En el *habitat fronterizo* las diferencias, la diversidad y los mestizajes son *el pan nuestro de cada día*: tensiones ideológicas, prejuicios y estigmas se entrelazan con simpatías ancestrales, afecto comunitario e idiosincrasia local reconocible *a la legua* por los de *aquí nomás*. Estamos pues bosquejando “otro mapa” en el que anida y se agita el irónico tufillo paradójal: lo que para el centro es exótico, para nosotros familiar; lo que para el Estado-Nación es extranjero, para nosotros, vecino; **lo que las gramáticas distinguen, nosotros lo usamos mezclado, pues también en el habla atravesamos fronteras, y a la vez, las fronteras nos atraviesan en continuidad**⁹. [Grifos nossos]

⁹ Tradução nossa: [...] um território de passagem, de tráfego perpétuo e de agitações simbólicas “enrevesadas”, complexas e misturadas. Um mundo dinâmico no qual se usam várias moedas, distintas línguas, mais de um documento pessoal, se compra e se vende, se chora e se ri, se ama e se odeia em movimentos contínuos de um lado e do outro. No *habitat fronterizo* as diferenças, a diversidade e a mestiçagem são *o pão nosso de cada dia*: tensões ideológicas, preconceitos e estigmas se entrelaçam com simpatias ancestrais, afeto comunitário e idiosincrasia local reconhecida *a la legua* pelos de *aquí nomás*. Estamos, pois, rascunhando “outro mapa” no qual

É esse habitat tão peculiar, paradoxal e dinâmico que adquire conformações únicas por essa diversidade e essa mistura que o configuram, habitat que atravessa e constitui esse morador fronteiriço, que focamos neste trabalho como espaço de interesse. Por isso, não tomamos aqui esta definição geopolítica de fronteira como sinônimo de limite, de espaço visível, ou ainda delimitado. Entendemos fronteira como sinônimo de “integração”, como “espaço invisível”, ou ainda como “espaço de transgressão”, conforme nos aponta Sturza (2005).

A fronteira é um espaço cujos sentidos nos trazem a questão da relação entre as línguas, neste caso específico, nas fronteiras hispano-brasileiras, uma relação também política.¹⁰ Afinal, a configuração da fronteira dos países hispânicos com o Brasil na região sul leva-nos a um espaço de presença das línguas que ultrapassa os limites geográficos e permite o deslocamento das línguas para além das margens desse entre-lugar.

Os deslocamentos que necessariamente surgem são determinados por “fatores sócio-históricos, econômicos e culturais, mas sempre significados pelo político”, de acordo com Sturza (2006, p.33).

No caso do contato entre as línguas portuguesa e espanhola, as quais estamos abordando, há zonas onde existe uma intensa mobilidade populacional, o que contribui para a entrada de uma língua no espaço de circulação da outra. Este fato, por exemplo, contribui para intensificar significativamente o cruzamento das línguas praticadas pelos sujeitos fronteiriços.

Nesse sentido, para exemplificar essa circulação das línguas nessa fronteira, mostramos aqui o enunciado produzido por um sujeito em DPU:

Segmento enunciativo recortado:

*“Agora cuando (ele) sale iscola vai trabaíá na campaña com u pai”.*¹¹

aninha e se agita o irônico tutelado paradoxal: o que para o centro é exótico, para nós, familiar; o que para o Estado-Nação é estrangeiro, para nós, vizinho; o que as gramáticas distinguem, nós o usamos mesclado, pois também na fala atravessamos fronteiras, e por sua vez, as fronteiras nos atravessam continuamente.

¹⁰ Entendemos essa relação entre as línguas como política neste momento porque de acordo com Fernandes & Sturza (2007): “Na fronteira, elas se enunciam de modo distinto, produzem sentidos para tal relação nas discursividades nas quais passam a representar a condição mesma do contato, que só pode se dar entre línguas que se aproximam enunciativamente, relação que entendemos como hierárquica e política”.

¹¹ Retirado de: ELIZAINCÍN, A. **Dialectos en contacto**, Español y Portugués en España y América. Montevideo: Arca, 1992.

É interessante perceber essa singularidade fronteira, essa forma, esse sentido materializado na língua do falante da fronteira e que é próprio das relações que se constituem a partir do contato entre as duas línguas. Contato que atravessa, que marca ou demarca o estado de entre-línguas do falante fronteiro.

A reflexão que propomos neste trabalho, em relação às línguas em contato nas zonas de fronteira e à designação dada pelos falantes a tais línguas, leva-nos a considerar esse modo como as línguas se relacionam nas fronteiras. Por isso, entendemos que a designação é um modo de o sujeito, falante fronteiro, marcar seu estado de entre-línguas, dando nome à língua do outro, que já tem um nome; designando-a, portanto.

E, neste caso específico de contato entre a língua espanhola e a língua portuguesa, este falar fronteiro se singulariza na perspectiva de entre-línguas, elevado ao máximo por tratar-se das línguas espanhola e portuguesa que detêm uma proximidade histórica e lingüística.

Dizemos elevado ao máximo porque desde a conformação das fronteiras entre Brasil e Uruguai, caso específico focado neste trabalho, sempre houve um contato intenso entre a população fronteira destes dois países instaurando uma particularidade característica.

Além disso, as línguas referidas têm uma proximidade lingüística por derivarem da mesma raiz latina e, por durante muito tempo, permanecerem como uma língua só, até ocorrer a separação e chegarmos ao português e espanhol que temos atualmente.

Sobre essa proximidade, Celada (2004, p. 42) afirma:

Para centrarnos en lo que consideramos fundamental, deberemos aclarar que, por efecto de la proximidad lingüística que caracteriza la relación entre español y portugués brasileño, en ese proceso el sujeto está sujeto a un real, cuya figuración más cercana es la de un entremeio: en este, para tal aprendiz, esas dos lenguas se rozan, se atraviesan, se traspasan, se entrelazan, se separan, se distinguen. Y esto explica buena parte de los deslices y desplazamientos a los cuales tal sujeto está sujeto ¹².

¹² Tradução nossa: Para centrar-nos no que consideramos fundamental, deveremos esclarecer que, por efeito da proximidade lingüística que caracteriza a relação entre espanhol e português brasileiro, nesse processo o sujeito está sujeito a um real, cujo entendimento mais próximo é o de um entremeio neste: para tal aprendiz, essas duas línguas se roçam, se atravessam, se transpassam, se entrelaçam, se separam, se distinguem. E, isto explica boa parte dos deslizes e deslocamentos aos quais este sujeito está sujeito.

Em tempo, não tomamos aqui a perspectiva de “entremeio” de Celada (Ibid.), porque estamos falando de um sujeito que está lidando com as línguas portuguesa e espanhola, duas línguas próximas desde o ponto de vista da conformação morfossintática, que se roçam e que se atravessam, só que em uma situação de enunciar diferenciada.

O sujeito do nosso trabalho está inserido em um espaço onde pode falar português e espanhol “entreverado” porque, no contexto fronteiriço, considerando as condições sócio-históricas, tanto a língua espanhola como a língua portuguesa funcionam como a língua *próxima*¹³. Então, um sujeito na fronteira é um sujeito em um espaço de enunciação peculiar.

Por isso, preferimos a designação entre-línguas, tendo em vista que esse sujeito está nesse entre-lugar de circulação das línguas, ambas inseridas uma na outra, no processo de interface, no espaço de circulação denominado fronteira.

Nesse sentido, Fernandes & Sturza (2007, p. 5) sustentam:

A língua portuguesa, afetada pela entrada do espanhol, também já não é a mesma língua, seu espaço enunciativo se encontra dividido, se entrecruza com esta outra língua, que vai funcionar na enunciação dos fronteiriços significando este lugar de interface, de contatos. Desta maneira, propomos um novo olhar em direção ao espanhol, abordando sua presença no Brasil e seus modos de circulação, no sentido de que a sua relação com a língua portuguesa não é mais de interferência ou transparência absoluta, mas sim de continuidade enunciativa.

Por outro lado, a língua toma nomes por seu funcionamento, segundo o que os sujeitos falantes dizem que ela representa, tal como propõe Guimarães (2007) fazendo uma diferença entre língua nacional, língua franca, língua alheia.

Para este autor (Ibid.), *língua materna* é a língua do sujeito por este nascer em uma sociedade que estabelece relações através dessa mesma língua. Já *língua franca* é definida por Guimarães como sendo a língua da prática por um grupo de línguas maternas diferentes, mas que se comunicam por meio desta língua franca.

Finalmente, temos os dois últimos conceitos que o autor (Ibid.) define como sendo conceitos que encerram significados no nível do imaginário: *língua nacional* e *língua oficial*. A primeira representa uma relação entre a nação e o indivíduo, sendo

¹³ Entendemos língua próxima a partir de Sturza & Fernandes (2007, p. 5): “Uma língua que funciona em um estado de interface com a outra, pertencente a um conjunto de relações histórico-sociais e inter-culturais que as identificam como tal. Essas línguas ao estarem condicionadas à presença uma da outra se organizam politicamente, para, inclusive, neste caso, significar a fronteira nos seus mais variados aspectos”.

que a língua caracteriza este sujeito como pertencente a esta nação. Por outro lado, *língua oficial* representa um estatuto jurídico do Estado, sendo usada em atos oficiais.

Segundo Guimarães (Ibid.), as línguas oficial e nacional assumem um significado no nível do imaginário. Entretanto, no espaço de enunciação fronteiriço (conceito que será definido na seqüência do texto), essas línguas, além de representarem línguas oficiais de Estados diferentes (Espanhol, língua oficial do Uruguai e da Argentina; e Português, língua oficial do Brasil), podem assumir, quando são mistura, ou mescla, o papel ou o funcionamento de língua franca, representando a prática comunicativa estabelecida neste espaço enunciativo.

Para Fernandes & Sturza (2007), a mistura das línguas portuguesa e espanhola funciona como língua franca no contexto fronteiriço, tornando-se língua materna. Para as autoras, os sujeitos 'estrangeiros' não nasceram na fronteira, mas tomaram esse espaço como seu devido às relações econômicas, sociais e até afetivas que aí se conformaram, de modo que essas práticas lingüísticas da fronteira continuam sendo sua língua materna quando se mantêm o espaço de circulação, o uso, quando há interlocutores. Isso significa dizer que as línguas circulantes deixam de ser estrangeiras para serem maternas.

Sturza (2006, p. 74) enfatiza:

O Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço constituído por um conjunto de línguas, no qual se inclui o cruzamento de línguas. E o cruzamento é significado de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pelo resultado da mistura dessas línguas que se materializa em uma outra prática lingüística.

Assim se realiza, pois, segundo Guimarães (2005), a língua materna bem como a língua franca constituem significado no ato das relações cotidianas entre sujeitos falantes.

Nesses entremeios, como diz Celada (2004), e designações que as línguas vão tomando, ou constituindo, seja por estar em determinados espaços, como é o caso da fronteira, entrando no espaço enunciativo uma da outra (português e espanhol), seja por outra perspectiva, conformam-se tendências enunciativas próprias de cada realidade.

Sturza & Fernandes (2007, p.3) postulam que no espaço fronteiriço há a conformação de uma "tendência enunciativa própria desta realidade da fronteira"

bem como desta realidade que se configura na circulação das línguas portuguesa e espanhola, o que pode levar à constituição de uma terceira tendência que se marcaria na materialidade lingüística pela forma de representação que tomam essas línguas, funcionando de tal forma que significam continuamente o estar entre-línguas dos sujeitos fronteiriços.

Fazemos um parêntese aqui para observar que os estudos lingüísticos sempre se limitaram à descrição de mudanças no sistema das línguas portuguesa e espanhola, às gramáticas de empréstimos e às interferências, ao tratarem da situação do contato lingüístico entre a língua portuguesa e o espanhol na América. Por isso, justifica-se uma revisão sobre esses estudos observando como as questões discursivas e enunciativas são excluídas de tais pesquisas, ao que procederemos mais adiante, no capítulo 3 desta pesquisa.

De acordo com Sturza (2006), o trabalho de Pedro Rona, **El Dialecto “Fronterizo” del Norte del Uruguay**, publicado em 1965, estabeleceu um marco para a lingüística uruguaia. Nesta obra, Rona traz estudos sobre a descrição fonológica do contato entre o português e o espanhol e denomina a ‘mezcla’ de português e espanhol como *dialecto fronterizo*.

O autor utiliza a designação *fronterizo*, assim, no singular, por acreditar ser o mesmo fenômeno lingüístico ao longo das fronteiras. Já Elizaincín (1979) o designa no plural pensando em *dialectos*, porque suas investigações mostraram haver o que são formas diferentes de organização morfossintática dos *dialectos* para uma possível regularização da variedade.

Ainda segundo Sturza (2006), a obra de Rona (1965) passou a ser um ponto de referência para os estudos lingüísticos no Uruguai, gerando outras pesquisas sobre as influências da língua portuguesa no território uruguaio, as quais eram filiadas, sobretudo, à Sociologia da Linguagem e à Sociolingüística.

Mais tarde, Elizaincín, Behares & Barrios, em **Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses del Uruguay** (1987), revisando Rona, designaram o *dialecto fronterizo* como *Dialectos Portugueses del Uruguay* (DPUs). O estudo focalizou os aspectos fônicos, as variedades morfossintáticas e as diglossias que caracterizariam um dialeto de contato.

A fim de especificar a abordagem teórica dada às pesquisas, mostramos um trecho do texto escrito por Milán, Sawaris & Welter (1996, p. 134), os quais revisam os estudos de Rona, e apontam que:

los DPU son muy permeables desde el punto de vista léxico y sintáctico, pudiéndose identificar a cada paso vocablos del español adaptados e interferencia de los moldes gramaticales del español. La variabilidad se presenta como un fenómeno propio, *interno* de los DPU, consecuencia de la inestabilidad de su gramática.¹⁴

Na mesma direção, Barrios & Gabbiani (1992) discutem questões sobre uma maior influência do espanhol no DPU, considerando as alterações lexicais conforme a idade do falante. Assim segundo as autoras o DPU pode ser um elemento dificultador do processo de aquisição da língua do Estado, neste caso, o espanhol ensinado na escola.

Entretanto, nos estudos lingüísticos brasileiros há pouco o que destacar. Podemos mencionar algumas publicações sobre o contato entre as línguas, feitas por pesquisadores brasileiros que enfocam o assunto desde um prisma da Dialektologia e Sociolingüística¹⁵.

Em Sturza (2006), encontramos uma periodização dos estudos lingüísticos sobre a realidade lingüística da fronteira do Brasil com os países do Rio da Prata. Sobre esses estudos, a autora (Ibid., p. 21) menciona:

A Lingüística Fronteiriça abarca investigações baseadas teoricamente na Geografia Lingüística e na Sociolingüística. Filiadas principalmente a essas duas áreas desenvolvem-se pesquisas de mapeamento e descrição lingüística sobre português da região e sobre as práticas resultantes do cruzamento das línguas.

A limitação dos estudos nessas áreas de fronteira também foi verificada por Cavalcanti (1999, p. 392):

Apesar da extensão da fronteira brasileira em contato/conflito, primordialmente, com países hispano-falantes, não há muitos estudos sobre as comunidades de fronteiras. No caso da fronteira com o Uruguai talvez se tenha mais informação, como, por exemplo, os estudos citados em Trindade, Behares e Fonseca (1995) e desenvolvidos pela Universidad de la Republica/Uruguai.

¹⁴Tradução nossa [...] Os DPU são muito permeáveis, desde o ponto de vista léxico e sintático podendo-se identificar a cada passo vocábulos do espanhol adaptados e interferência dos moldes gramaticais do espanhol. A variabilidade se apresenta como um fenômeno próprio, *interno* dos DPU, consequência da instabilidade da sua gramática.

¹⁵ Mirta Gropi publicou em 1994 o artigo *Contato Espanhol-Português em documentos do século XIX*, que aborda as características morfológicas e sintáticas de documentos portugueses produzidos em território Uruguaio durante o século XIX. Em 1969, foi publicado o **Atlas Etnográfico-Lingüístico do Rio Grande do Sul**, pelo dialetólogo Heinrich Bunse.

Por outro lado, na área da educação houve algumas publicações em relação ao contato português-espanhol, quase sempre abordando o assunto a partir das semelhanças ou diferenças existentes entre as línguas, a interferência de uma em relação a outra, questões de bilingüismo, ou ainda sobre o *portunhol* que, contudo, referia um estágio de interlíngua, ‘erro’ ou ‘mal falar’ do espanhol por parte de lusofalantes. Tais estudos não consideram o *portunhol* como uma prática recorrente a um espaço de enunciação fronteiriço (Sturza, 2004).

No entanto, há um crescente interesse pela necessidade de entender, mapear e organizar uma história da constituição de um espaço de enunciação específico, de como os sujeitos relacionam-se com as línguas e do quanto essas relações são pautadas pelo político, (Guimarães, 2002). Como exemplo, o texto no prelo: *A Fronteira como Novo Lugar de Representação do Espanhol no Brasil* de Fernandes & Sturza (2007), que identifica as tendências enunciativas do português e do espanhol em textos de jornais do ano de 1900, publicados na cidade de Uruguaiana.

Conforme podemos perceber, os estudos em relação à presença da língua espanhola no Brasil percorrem um caminho um pouco distante do caminho dos estudos lingüísticos enunciativos. Com exceção de alguns trabalhos, pouco se publicou sobre como essa abordagem discute os sentidos que essas línguas tomam, a partir da consideração de um momento da enunciação em um espaço de enunciação fronteiriço.

Propomos neste trabalho, mostrar a presença da língua espanhola no Brasil, através de enunciados orais em um espaço de enunciação fronteiriço, tomando para tanto, as cidades de Bagé e Livramento/Rivera. Dessa forma, contribuir para a análise de como tanto na materialidade lingüística quanto na materialidade discursiva há aspectos que significam a constituição de um modo de circulação das línguas espanhola e portuguesa. Nesse sentido, esse espaço de circulação possibilitou um lugar de enunciar nessas línguas, diferente do lugar de enunciar de outros falantes em outros espaços de enunciação.

Abordamos essa mesma questão do contato entre as línguas situando-a nos estudos enunciativos por acreditarmos que sujeito e espaço conformam a enunciação. A partir dos sentidos significados, podemos interpretar as relações constituídas pelas línguas em contato no espaço fronteiriço, já que tal abordagem não tem sido focada pelos estudos lingüísticos anteriores.

No próximo capítulo, apresentaremos conceitos de língua a partir de autores com perspectivas diferentes. Assim, contraporemos e estabeleceremos o conceito de língua que nos interessa para este trabalho. Para tanto, traçaremos um paralelo entre língua pela abordagem discursiva e língua pelo viés enunciativo.

CAPÍTULO 3

RE (DIZENDO) LÍNGUA

3.1 A língua pela língua

Coracini (2007, p.136), ao falar de língua, afirma que “falar de língua é sempre inevitavelmente construir ficção, sobretudo se admitirmos a (im) possibilidade da língua feita objeto, um todo coerente, uno, homogêneo”. É interessante, nesse sentido, refletir sobre as imbricações, interpretações e por que não novas “construções de uma verdade” com as quais nos defrontamos ao falar de língua como objeto.

Inicialmente, tomamos neste trabalho a língua no plano do discurso e, nesse ponto, de como ela se constitui, porque a análise que faremos neste trabalho terá um enfoque a partir da Teoria Enunciativa, mas ao mesmo tempo, dialogará com a Análise do Discurso de filiação pècheutiana, conforme já mencionamos, mobilizando conceitos da Análise do Discurso para contrapor e somar.

Esta posição adotada implica em repensar constantemente as condições teórico-metodológicas dos conceitos utilizados nessa área. Podemos adotá-los, (re) significá-los, mobilizá-los em função do nosso objeto de estudo e do processo designativo que queremos demonstrar no corpus recortado para a investigação.

Assim, complementando a exposição de Coracini (Ibid.), desde um ponto de vista discursivo, trazemos Orlandi (2005) que nos mostra o caráter irrepresentável do interdiscurso¹⁶ quando remetido ao real – ao impossível de se dizer tudo e da maneira pela qual se desejaria. Para que um enunciado possa fazer sentido, deve aludir a uma memória discursiva que conforme Pêcheux (1999, p.56), é entendida como:

¹⁶ Tomamos interdiscurso a partir de Orlandi (2005, p. 94), como a memória que “determina o intradiscurso (atualidade), dando um estatuto preciso à relação entre constituição/formulação, caracterizando a relação entre memória/esquecimento e textualização”.

...estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Nesse sentido, a complexidade da constituição do discurso, da heterogeneidade que o constitui, deve ser considerada uma vez que o discurso é atravessado por diferentes formações discursivas e, dessa forma, afetado por distintas posições do sujeito nessa relação de contradição com os sentidos, com o político¹⁷ e a ideologia (cf. Orlandi, *Ibid.*).

Por isso, reportamo-nos a uma língua que foge das regras da gramaticalização. Uma língua constituída, conforme Pêcheux (1997), pelo deslize, pela falha e pela ambigüidade.

Percebendo a linguagem dessa forma é que problematizamos a questão das designações¹⁸ que os falantes fronteiriços dão às línguas que praticam. Nesta perspectiva, trazemos antes conceitos como língua materna, língua nacional, língua estrangeira, língua aproximada, língua alheia, língua do outro, já que em algum momento atravessarão nosso trabalho¹⁹.

Em primeiro lugar, mobilizaremos tais conceitos na perspectiva discursiva: línguas nacionais x línguas em contato, para pensar sobre esse sujeito²⁰ da linguagem, inserido em um espaço adverso e controverso como a fronteira e ligado a uma língua materna e a uma língua de contato, a qual ao mesmo tempo pode ser 'estrangeira' e não deixa de ser 'aproximada', 'alheia', do 'outro', sem, contudo, deixar de ser 'dele'.

Para tecer reflexões nesse sentido, nos embasamos em Payer (2006, p. 36) segundo a qual "a língua não é uma veste que o sujeito toma e faz dela o que quer".

¹⁷ Entendemos político neste momento a partir de Orlandi (2004, p. 21), para quem "o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição".

¹⁸ Designação conforme Guimarães (2002). Conceito definido nas próximas páginas.

¹⁹ Conceitos definidos no decorrer deste trabalho.

²⁰ Neste momento, pensamos o sujeito a partir do esboçado pela Análise do Discurso, o sujeito disperso em muitas posições-sujeito: pai, mãe, irmão, professor, colega, diretor, etc; é o lugar do qual falamos que constitui nossa "posição-sujeito" do/no discurso, mas este tomado na história em suas contradições (cf. Orlandi, 1999).

O sujeito é tomado pela língua e passa a ser um sujeito que toma lugares sociais e reais presentes em uma formação discursiva. Sendo aquele ideologicamente assujeitado, o qual, segundo Celada (2004), como sujeito da língua estará “sujeito à língua”.

De acordo com Coracini (2007) as imbricações com que nos defrontamos ao falar de língua referem-se à tomada da língua como objeto. Elas manifestam-se no caráter de impossibilidade da língua²¹, na complexidade do sujeito *atravessado* por essa língua que usa, que ao fazê-la funcionar manifesta na língua suas posições-sujeito, sem, contudo, controlar o dizer, e, por isso mesmo, sem conseguir despir-se dessa veste chamada ‘língua’ que o afeta.

Em segundo lugar, refletiremos sobre o conceito de língua sob o enfoque da perspectiva enunciativo-discursiva, a partir da qual abordamos as relações que se estabelecem entre as línguas, os sujeitos e o modo de funcionamento de tais línguas no espaço de enunciação.

3.2 Língua na perspectiva discursiva

Tomaremos língua como produção de efeitos de sentido, pois conforme Orlandi (1999, p. 15- 16), para a Análise de Discurso, no plano do discurso “não se trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas”.

Dessa forma, olhando a língua como movimento, como ‘fluxo’, significando quando enunciada por esse sujeito falante, expomos a proposição de Orlandi quanto à distinção entre *língua fluida* e de *língua imaginária*. Segundo a autora, na obra **Língua e Conhecimento Lingüístico** (2002, p.22), “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas”.

Nas palavras de Orlandi (Id., *ibid.*), já se incluía nos seus estudos “como objeto de reflexão no domínio da noção de língua imaginária a construção da língua

²¹ Referência ao conceito de “impossível” do dizer, referendado por Orlandi (2005).

nacional, em nosso caso, o português *standard*". Isso porque a língua imaginária está atrelada à idéia de língua nacional, de língua da unidade, que pode ser considerada inclusive um bem público para o Estado, já que nela está significado o ideal de "homogeneizar sentidos, produzindo o consenso, apagando a diversidade" (Pfeiffer, 2005, p. 34).

Pfeiffer (Ibid., p. 35) também menciona que "é preciso que atentemos para o efeito histórico que sustenta a coincidência entre língua materna e nacional". Nesta perspectiva, têm-se a relação de língua com nacionalidade, em que se atrela a idéia da língua com nação e soberania do Estado.

Esta construção imaginária representa uma uniformização entre a língua materna e a língua nacional para o sujeito falante, pondo em funcionamento o "silenciamento" da diversidade e estabelecendo a unidade lingüística de uma nação. Conforme já mencionamos neste trabalho, no Brasil, o Estado ignora as línguas indígenas, de imigração, de fronteira, o que reforça o "silenciamento" sobre a diversidade lingüística que há no país.

No Brasil, podemos citar as línguas indígenas ou ainda as de imigrantes, desconsideradas pelo Estado brasileiro por um longo período em prol da sustentação da falsa idéia de que somos um país monolíngüe. Do mesmo modo ocorreu no Uruguai, onde por longo tempo foi negada a presença significativa de luso-brasileiros no seu território e, portanto, da língua portuguesa.

Têm-se então uma relação estabelecida que atrela os conceitos de língua materna e língua nacional e que faz funcionar a idéia de unidade, de inclusão, de com relação aos sujeitos.

De acordo com Coracini (2007, p. 137), "não [se desconsidera] a existência de uma língua única, comum a todos os sujeitos falantes de uma nação: uma língua nacional, uma língua que expressa raça, unidade do povo, inclusiva", mas que ao ignorar as outras práticas lingüísticas permite a exclusão dos sujeitos falantes dessas práticas sem deixar de reforçar o ideal do Estado, da nação mono, unida e soberana sobre o sujeito.

3.3 Língua na perspectiva enunciativa

Para os estudos enunciativos, a língua produz sentidos no seu funcionamento. A materialidade lingüística tem marcas que constituem e remetem aos sentidos que se evidenciam no plano discursivo. Sendo assim, corroboramos com Dias (1996, p.71) quando afirma que:

uma língua é mais do que podemos inferir de um conjunto de enunciados efetivamente realizados: qualquer que seja a dimensão desse conjunto, ele será sempre limitado, enquanto conjunto, pelas condições específicas de produção de algum dos seus enunciados. Por outro lado, uma língua é menos do que podem prever as regras de um dado modelo gramatical: haverá enunciados cujas condições específicas de formação, pelo menos parcialmente, desautorizam as regras. Assim, há uma discrepância na relação entre uma língua e seus enunciados: o espaço da língua e o espaço dos seus enunciados não são contemporâneos.

A língua como constitutiva do sujeito é muito mais do que *falada*, é a língua que *atravessa* esse sujeito como *ser simbólico*, ou ainda é a língua que o “designa”, conforme Celada (2002).

Do ponto de vista enunciativo, passamos a ter outra concepção das línguas no seu estado de contato. Por esta razão, tomaremos esta condição das línguas da fronteira pela representação (política) e pelo modo como os sujeitos, quando enunciam, significam sua relação com as línguas que enunciam, que praticam.

É neste sentido que nos interessa o sentido político que se instaura nessa relação língua e sujeito e que só pode se constituir pelo espaço de enunciação que aqui estamos considerando: espaço de enunciação fronteiriço.

Assim, sobre o funcionamento das línguas nessa perspectiva, apresentamos as seguintes definições de Guimarães (2007, p. 64):

Podemos considerar dois modos de funcionamento das línguas num espaço de enunciação. Um que representa relações imaginárias cotidianas entre falantes e outro que representa as relações imaginárias (ideológicas) institucionais. Para o primeiro caso, distinguimos:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes.

Língua alheia: é toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação.

Língua franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o inter-curso comum.

Para o segundo, distinguimos:

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais.

Língua estrangeira: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência.

O ‘modo de funcionamento’ das línguas no espaço enunciativo, as ‘relações imaginárias cotidianas’ ou ‘institucionalizadas’ que evidenciamos nos permitem empregar as distinções feitas por Guimarães (Ibid.) para pensarmos as línguas em contato como constitutivas do espaço de enunciação fronteiriço, no caso específico da fronteira de Brasil e Uruguai.

Orlandi (2002, p 166-7) explicita que

[...] podemos perceber um duplo movimento que articula a constituição da língua e a construção do conhecimento sobre a língua: 1. De um lado, a política lingüística está ligada à questão da unidade (imaginária) da língua, que acompanha a idéia de nação (língua nacional), e é necessária em relação ao Estado seguida da também necessária diversidade concreta da língua pensada em relação a seus falantes. 2. Essa contradição determina a posição ética e política do lingüista que tem necessariamente de se confrontar com a relação unidade/diversidade na construção do conhecimento de seu objeto e muitas de suas opções teóricas dão forma ao modo como ele “resolve” essa contradição.

Essa é a diferença entre o que é designar uma língua por sua representação para o sujeito a partir do olhar de quem produz conhecimento ‘sobre’ (como o lingüista), e a perspectiva do falante, que dá vazão ao funcionamento da língua, a língua fluida.

Na língua fluida, o falante também dá nome à língua praticada. Quando esta já está nomeada, institucionalizada – língua imaginária – o sujeito-falante fronteiriço faz significar o seu modo de nomear a língua do outro. Por conseguinte, dada a relação que se constrói politicamente no modo de enunciar, a língua do outro é significada pela designação que este sujeito-falante lhe atribui.

Logo, é necessário tratar da enunciação, do espaço de enunciação e do espaço de enunciação fronteiriço (cf. Sturza). Afinal, neste estudo, objetivamos mostrar como brasileiros pertencentes a esta nação, mas também incluídos em um espaço híbrido onde duas nações se entrecruzam, relacionam-se com as diversas

línguas que coexistem neste espaço, configurando outros sentidos. E, nesse contexto, importa ressaltarmos que a divisão desigual entre falantes e espaço de enunciação, considerada por Guimarães (2002) como político, é o conceito que atravessa as noções supramencionadas e, portanto, possibilita-nos problematizar as relações entre sujeitos e língua.

Com base nos estudos enunciativos, portanto, buscamos compreender como o funcionamento das línguas na fronteira engendram este espaço único, assim como a articulação entre locutores e interlocutores.

Estudar o espaço de circulação e enunciação do português e do espanhol durante determinado período temporal, identificar seus locutores, enunciadore e interlocutores, além de interpretar a relação existente entre todos nos permite visualizar uma relação fronteiriça, materializada pela língua, e cujos estudos lingüísticos anteriores não abordavam.

3.4 Enunciação

Flores & Teixeira (2005) fazem um percurso sobre o conceito de enunciação na história dos estudos da linguagem. De modos distintos fundamentam-na Émile Benveniste e, mais recentemente, Oswald Ducrot, entre outros.

Segundo Flores, há uma proposta de abordagem da enunciação que “permite falar em teorias da enunciação (no plural), que estariam, por sua vez, reunidas na lingüística da enunciação (no singular)” (2001 in Flores & Teixeira, 2005, p. 101). Segundo tal proposta, Flores & Teixeira (2005) sugerem que poderiam ser encontrados aspectos comuns entre as abordagens enunciativas de autores como Bally, Jakobson, Benveniste, Ducrot, Bakhtin, entre outros.

Há alguns argumentos explicitados por Flores & Teixeira para a defesa de tal posicionamento, entre eles o seguinte:

Os argumentos utilizados por Flores para defender essa visão do campo foram os seguintes: a) a problematização da dicotomia *langue/parole* (língua/fala) é condição de formulação das teorias dos autores incluídos na *lingüística da enunciação*, ou seja, todos, e cada um a seu modo, discutem o pensamento de Saussure; b) percebe-se nos autores preocupação em formular um domínio conceitual que inclua o termo enunciação, isto é,

mesmo que cada um defina a seu modo *enunciação*, defini-la é um princípio; c) pela inclusão da discussão em torno da subjetividade na linguagem, os autores instauram relações diferenciadas da lingüística com a filosofia da ciência: as noções de método e objeto são retomadas para dar lugar à reflexão sobre a enunciação. Nesse sentido, supor a existência de um campo – a lingüística da enunciação – não significa propor a hierarquização de teorias, mas instituir um ponto de vista segundo o qual, respeitadas as diferenças, é possível vislumbrar unidade na diversidade (Ibid., p.101).

Creemos que a explicitação acima se faz necessária para filiar-nos teoricamente neste trabalho. Partindo do pressuposto de que a ciência da linguagem, ao longo dos anos, tem sido focada por diversas perspectivas de estudo, vamos situar-nos na Teoria da Enunciação, seguindo as idéias de Benveniste (1989), Ducrot (1984) e de Guimarães (2002), entre outros. Ressaltamos, contudo, corroborando com Flores & Teixeira (2005), que por ser um campo heterogêneo, sempre é possível acrescentar à lingüística da enunciação um outro olhar, uma outra abordagem.

Nesse sentido, servimo-nos das palavras de Benveniste que assim refere-se à instauração da subjetividade na linguagem:

Em primeira instância, encontramos o universo da palavra, que é o da subjetividade. Ao longo das análises freudianas, percebe-se que o sujeito se serve da palavra e do discurso para representar-se a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o 'outro' a comprovar [...]. Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e dessa forma se capta a si mesmo, se confronta, se instaura como tal como aspira a ser, e finalmente se historiza nessa história incompleta ou falsificada [...]. Dessa forma, a linguagem é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo. A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe assim um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação. Nesse sentido, as configurações das palavras são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. Há, pois antinomia no sujeito entre o discurso e a língua (1988, p.84).

Segundo Benveniste (Ibid.), o locutor, ao apropriar-se da língua, enuncia ou expressa seu ponto de vista ao dizer; declara-se como locutor estabelecendo uma relação com o mundo, configurando os sentidos. A partir disso, entendemos que a “enunciação é um conceito geral que somente tem sentido para o individual, para cada um” (Benveniste 1989, p. 100).

Já no texto *Da Subjetividade na Linguagem*, em **Problemas de Lingüística Geral II**, Benveniste (1989) explicita que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. Portanto, a subjetividade é a capacidade do locutor indivíduo de se propor como sujeito.

É em uma dada realidade que se estabelece o diálogo e, definindo-se uma relação mútua entre sujeitos, locutor e alocutário, que dizem sobre algo, tem-se então o fundamento lingüístico da subjetividade.

Para Benveniste (Ibid.), *o dizer significa*, ou seja, nessa relação que vai estabelecer, a linguagem pressupõe o outro. Assim, o autor (Ibid., p. 82) esclarece que enunciar

[...] é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual da utilização. O discurso, dir-se-á que é produzido cada vez que se fala esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a fala? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é este ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é o nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação.

Essa relação entre a língua e o falante remete-nos à questão do sujeito na linguagem, ao falante que se manifesta ao enunciar e às implicações ou aos efeitos que causam a enunciação desse locutor ao apropriar-se da língua e fazê-la funcionar (Ibid.).

Pensando sob tal perspectiva, percebe-se a presença do sujeito que enuncia e do locutor que, ao dizer, representa um importante papel na constituição dos sentidos, marcando a entrada do sujeito na linguagem quando ele atribui esse sentido à carga subjetiva que o constitui.

Sobre tal possibilidade, Benveniste (1989, p. 83) afirma:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

O locutor toma posse da língua, declara-se locutor e reconhece um *outro*. Este *outro*, por sua vez, terá a necessidade de retornar de acordo com a vontade do

locutor. Contudo, a partir do momento que o locutor fala, são abertas inúmeras possibilidades para o ouvinte.

Os textos de Benveniste **Problemas de Linguística Geral I e II** (1989) são perpassados pela lingüística de Saussure, a qual, como sabemos, tem na língua seu objeto de estudo, em oposição à fala. Entretanto, Benveniste, segundo Flores & Teixeira (2005), supera Saussure quando instaura o sentido na/da linguagem e, de certa forma, articula língua e fala.

A enunciação é percebida como um processo, um ato de mobilização da língua pelo locutor. A Teoria Enunciativa de Benveniste, não rejeita a distinção entre língua e discurso, ao contrário, associa-as, pois, ao situar o sujeito como centro de referência, busca explicar como o aparelho formal da enunciação marca a subjetividade na estrutura da língua.

A noção de enunciação é para Benveniste centrada no sujeito, que, ao apropriar-se do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito marcando-se como *eu*, instaurando o *tu* e o *ele* em seu discurso. Conforme Brait (2006, p.39), “a grande importância [de Benveniste] para a Lingüística Geral reside, precisamente, no fato de ter introduzido, no centro das preocupações lingüísticas, a questão do sujeito, a partir de uma abordagem enunciativa da linguagem”.

É nessa mobilização da língua pelo locutor que se estabelece um processo chamado enunciação. E nessa relação ou apropriação da língua, o locutor, de acordo com Benveniste (1989, p.36), “introduz aquele que fala na sua fala”.

Seguindo ainda as palavras de Barbisan (2006), a enunciação resulta em um produto chamado enunciado, cujas características serão determinadas pelas relações que necessariamente vão se estabelecer entre o locutor e a língua. Assim, para a autora, “a enunciação é o fato do locutor, que se apropria da língua e das características lingüísticas dessa relação. A enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela. Desse modo a língua se semantiza” (Ibid., p 28).

Quando o indivíduo, que ainda denominamos locutor, utiliza individualmente o *aparelho formal da língua*, enuncia e posiciona-se com marcas lingüísticas que lhe são características.

Para Flores & Teixeira (2005, p. 35),

enunciar é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem. A enunciação, vista desse prisma, é o produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que a partir do aparelho formal da enunciação, tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocação que instaura o outro no emprego da língua.

Ao por a língua em funcionamento, o locutor estabelece relações com o mundo através do discurso e, desse modo, instaura um alocutário.

Já o conceito de enunciação proposto por Ducrot (1980) aborda a noção de polifonia²². Barbisan (2006) comenta que Ducrot parte de conceitos saussurianos, os quais também são modificados, ampliados e ultrapassados, contudo de outra forma se pensarmos em relação a Benveniste.

Para Ducrot (1980), enunciação é o acontecimento, o fato que constitui o aparecimento de um enunciado em um determinado momento do tempo e do espaço. Segundo o autor, enunciado e discurso tem um lugar e uma data, um produtor e um ou vários ouvintes. “É um fato empírico, observável e não se repete” (Ducrot, 1984, p. 29).

Ducrot explicita ainda: “o sentido do enunciado, é para mim, uma descrição, uma representação que ele traz de sua enunciação, uma imagem do acontecimento histórico constituído pelo aparecimento do enunciado” (1980, p. 34).

Para o autor (Ibid., p. 44), “ao interpretar-se um enunciado, ouve-se uma pluralidade de vozes, outras que não a do locutor”. Essa é a mobilização do conceito da polifonia, o sujeito e suas vozes.

Quando estabelece tal concepção, Ducrot (1988) evidencia-nos a possibilidade de, em um enunciado de um único sujeito, diversas vozes se expressarem, por isso a pluralidade não pode ser reduzida à pretensão de unicidade do sujeito que fala, já que o sujeito pode ser *eu*, *tu*, *ele*, referindo e co-referindo de acordo com a sua necessidade enunciativa.

É em seu trabalho intitulado a **Teoria Polifônica da Enunciação** que Ducrot (Ibid.) questiona a unicidade do sujeito, concepção essa em que se considera que há apenas um falante no enunciado.

Segundo Barbisan (2006), Ducrot faz uma divisão ao afirmar que no enunciado encontram-se funções diferentes: a do sujeito empírico, a do locutor, e a do enunciador. O sujeito empírico é o autor efetivo do que é produzido. O locutor é o

²² Definiremos polifonia mais adiante.

responsável pelo enunciado, marcado por primeira pessoa. Por fim, o enunciador é a origem dos pontos de vista que o locutor apresenta.

Para somar às definições de enunciação selecionadas neste trabalho, Flores e Teixeira (2005, p.66) postulam: “Do ponto de vista empírico, a enunciação é a atitude do sujeito falante, porém a representação que ela apresenta dessa atitude é diversa de uma imagem unicitária; é, pois a de um diálogo”.

Sendo assim, “o enunciador é uma perspectiva expressa por meio da enunciação, ele não ‘fala’, mas tem seu ponto de vista colocado, sem, entretanto, ter atribuída precisão às palavras” (Ibid., p.100).

Se o locutor apresenta uma enunciação pela qual se declara responsável, então o enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes. E nesse aspecto está “o diferencial da lingüística da enunciação: prever na língua o lugar da irrepitibilidade dela mesma” (Ibid., p.100).

Neste sentido, três atitudes são mencionadas em Ducrot (1988, p.66): “o locutor ou se identifica com um dos enunciadores e afirma esse ponto de vista, ou dá sua aprovação a outro, sem contudo admitir seu ponto de vista, ou se opõe ao outro”.

Barbisan (2006) afirma que a noção de polifonia objetiva substituir a semântica horizontal (em que o resultado da combinação de elementos pode ser assumido) por uma semântica vertical (em que o sentido é a superposição de diferentes vozes que se confrontam). Por isso, “sob a frase mais elementar pode haver uma espécie de diálogo imaginário” (Ducrot 1984, p.31).

Assim, as relações no discurso, como propõe essa teoria, estabelecem-se igualmente entre discursos. Portanto, o conceito de enunciação dado por Ducrot (1980) *como o surgimento do enunciado* leva mais tarde ao conceito de acontecimento enunciativo, Guimarães (2002).

Este é um ponto da teoria o qual se centra no sujeito como responsável pela atribuição de sentidos, materializados no dizer, significando, a cada vez que se instaura um acontecimento enunciativo, algo sempre novo, tal como define Guimarães (2002).

Para o referido autor (Ibid.), a enunciação é um acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado, não é um ato individual do enunciado – não é um ato irrepitível – o repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva.

Já o acontecimento enunciativo se expõe ou pode expor o repetível ao novo – e isto pode levar à criação de um novo enunciado. A materialidade sócio-histórica do enunciado da língua é produzida numa dada formação discursiva.

Assim, para que um discurso se materialize, é necessário que seja produzido em determinadas circunstâncias, ou seja, certas *condições de produção*. Fazendo um diálogo com a Análise de Discurso e seguindo o exposto por Orlandi (2005, p. 30), as condições de produção abarcam, se tomadas estritamente, as “circunstâncias da enunciação”, ou seja, “o contexto imediato”. Consideradas em sentido amplo, compreendem o “contexto sócio-histórico, ideológico”²³.

Ao tomarmos um discurso, para que possamos identificar os efeitos de sentido por ele significados, trazemos outro conceito da Análise de Discurso necessário para entender como o dizer instaura uma memória de discursos, a memória discursiva. Um enunciado só faz sentido porque alude a uma memória discursiva²⁴ Pêcheux (1999).

Dessa forma, o discurso estrutura-se como um jogo duplo de repetição e regularização. Uma dada seqüência discursiva, ao repetir-se, cria um “efeito de série” (Ibid., p.50) e, a partir dele, o início de uma regularização onde os implícitos se alocam, para então serem ‘acionados’ através da memória discursiva na produção de sentido.

Orlandi (2005, p.31) nos ensina que a memória pensada em relação ao discurso é tratada como interdiscurso, isto é, definida como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. É aquilo que possibilita todo dizer, retornando “sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Nesse sentido, ao tomarmos como categoria de análise a designação dada pelos falantes de fronteira à língua do outro, apontamos os conceitos de espaço de enunciação, ditos por Guimarães (2002) como constitutivos de uma relação entre línguas, e, entre sujeitos e línguas.

Sobre tal perspectiva, Guimarães (2002, p.8) nos diz que: “o tratamento da enunciação deve se dar num espaço que seja possível considerar a constituição histórica do sentido”, como se todo enunciado estivesse constituído pelas vivências

²³ Neste momento, dialogamos com a Análise de Discurso porque entendemos as “condições de produção” de Orlandi (2005) de certo modo como o espaço de enunciação da Teoria Enunciativa.

do sujeito que diz e, ao mesmo tempo, pelo que já foi dito, considerando as condições sócio-históricas que constituem politicamente esse sujeito enunciativo.

Como nos deteremos na questão do uso da língua por essa relação do sujeito com a linguagem, o espaço de enunciação que consideramos é o mesmo proposto por Guimarães (Ibid.) nessa relação dos falantes com as línguas, como um espaço de circulação da língua, de diversidades, de disparidades e que se configura quando a linguagem funciona constituindo sentidos.

Neste trabalho, recortamos um espaço de enunciação da língua portuguesa muito particular. Ele caracteriza-se por se configurar em um espaço de entre-línguas, que se organiza na materialidade lingüística marcada pela língua do outro, marcada por línguas em contato, e no qual o funcionamento das línguas remete a outros sentidos, inclusive ao da especificidade do espaço geográfico.

3.5 Espaço de Enunciação

De acordo com Guimarães (2002, p.18), espaço de enunciação pode ser assim definido:

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.

[...] Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. [...] São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação.

Espaço de enunciação é um espaço do dizer que não se repete justamente porque está determinado pelo modo como os sujeitos se relacionam com a língua. Para Guimarães (Ibid.), o espaço de enunciação atribui as línguas para seus falantes. Contudo, cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, as línguas significam de forma singular se inseridas em um espaço enunciativo particular.

Nessa relação entre línguas e falantes, que se configura no espaço de enunciação, manifesta-se a questão do litígio pela hierarquia das línguas no espaço

enunciativo. Coloca-se assim a escolha de uma língua *de* enunciar ou *para* enunciar, escolha tal - sempre regulada pelo caráter hierarquizante das línguas - que define enunciação como um lugar político do sujeito. O enunciador não é ele próprio, mas o lugar que ocupa no funcionamento do dizer, como um enunciador entre litígios.

Guimarães (1989), a partir de certas noções propostas e anteriormente expostas neste trabalho por meio das referências a Ducrot (1980), define a noção de acontecimento enunciativo. Esta refere ao funcionamento e à significação da linguagem, porque a linguagem funciona em um presente atrelado a um passado de memórias instaurado pela temporalidade, permitindo que as línguas constituam sentidos ao se relacionarem em um mesmo espaço enunciativo.

Para Guimarães (2002), o tempo faz o acontecimento, o presente do acontecimento não condiz com o daquele que fala, conforme explica: “a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações” (Ibid., p.12).

Nesse sentido, entendemos como relevante uma proposta de investigação no que diz respeito à designação dada pelos próprios falantes às línguas portuguesa e espanhola, considerando o espaço de enunciação constituído nessa relação quando em contato, logo, tomando tal espaço como um espaço de enunciação fronteiro (cf. Sturza, 2006).

3.6 Espaço de Enunciação Fronteiro

Conforme referimos no capítulo anterior, a palavra fronteira significa pela dubiedade, pelo adverso e ao mesmo tempo pelo contraditório. Podemos considerar a fronteira como o lugar do litígio que, neste caso, remete à idéia do lugar de separar; ou da transgressão, ou ainda com o sentido de integração, resultante do contato contínuo entre os habitantes de zonas limítrofes e, às vezes, contíguas, das contínuas trocas que naturalmente vão acontecendo e fortalecendo-se.

Tomando a relação das línguas e sujeitos em tais espaços, que por si só caracterizam a fronteira como um espaço cheio de particularidades, é que vemos

uma relação dos falantes com as línguas que acontece por um *estar entre* (cf. Sturza, 2006).

Considera-se, segundo Sturza (*Ibid.*), que a circulação das línguas nas fronteiras mencionadas e mais especificamente entre Brasil e Uruguai é dada pela presença da língua espanhola, da língua portuguesa. O resultado do cruzamento dessas duas línguas que prevalecem configura, desse modo, o espaço de enunciação fronteiriço.

Sobre espaço de enunciação fronteiriço, Sturza (*Ibid.*, p.70) nos expõe:

O resultado da mistura das línguas funciona também por estar em relação com os falantes e que se enunciam na língua, como práticas lingüísticas fronteiriças. Na fronteira, os sentidos das línguas não são necessariamente os sentidos da língua nacional. O Espaço de Enunciação das línguas é um Espaço de Enunciação Fronteiriço. As línguas, então, estão constituídas de sentidos que significam ainda mais quando se enunciam na fronteira.

O espaço de enunciação fronteiriço é compartilhado pelas línguas de fronteira, as quais são postas em situação de convivência e, por isso mesmo, de confronto.

Ao dizer as/nas línguas de fronteira, o sujeito representa-se como uma figura política, significando estar dividido entre as línguas, já que em que sua língua de enunciar evidencia materialmente um espaço de enunciação fronteiriço, cujas línguas afetam de maneira singular os falantes.

O sujeito que vive na fronteira compartilha modos de vida entre o seu país de origem e o país vizinho, estabelecendo relações intensas e únicas. Desse modo, (re)significam no espaço de enunciação fronteiriço as relações de convivência e conflito com as línguas que dispõem para enunciar, o que é próprio dos sujeitos que habitam 'fronteiras', inclusive entre-línguas.

Nesse contexto, Guimarães (2002) nos fala do sujeito constituído pelo político. O político que constitui as relações da sociedade, as relações entre os falantes e as práticas lingüísticas que realizam. E, nessas práticas lingüísticas há uma realidade significada, dita, expressa na materialidade, inclusive quando os sujeitos-falantes lhe dão nome. Isso é designar conforme definiremos na continuação.

3.7 Designação das línguas de fronteira

Ao considerarmos a relação entre línguas, estamos dizendo que existe uma realidade dita e significada também quando os falantes atribuem um nome à língua que falam, por isso, trazemos a designação das línguas no seu funcionamento discursivo, considerando para isso a definição de espaço de enunciação fronteiriço (Sturza, 2006).

Ao propor uma análise desse funcionamento da designação, selecionamos enunciados orais produzidos por falantes fronteiriços e neles buscamos interpretar o processo de designação.

Sendo assim, para analisar a relação do sujeito com a língua bem como o percurso para se chegar à constituição dos sentidos, segue-se o conceito de designação proposto por Guimarães (2002). Segundo o autor (Ibid., p.46) designação é “a significação de um nome”, ou seja, como categoria semântica, a designação constitui-se na língua através da atribuição de nomes que, ao serem reditos, significam de acordo com a relação do falante com a língua.

Sturza (2006, p.59) explicita que designar “é representar uma forma de dizer e significar as línguas de diferentes modos”. Quando o sujeito rediz, ele atribui novos sentidos ao que designa, significando algo sobre o que diz ou nomeia. Cada vez que uma forma nominal se repete linguisticamente em um enunciado, o sentido da expressão é afetado por novas situações, atribuindo novas perspectivas de significado ao nome referido. Portanto, designar é nomear o que já está nomeado na língua, dando-lhe outro nome e atribuindo-lhe outro significado.

Desta forma, a ‘escolha’ do falante por um ou outro enunciado no momento da designação será afetada pela historicidade da qual se constitui sua enunciação. Particularmente neste trabalho, os enunciados recortados configuram-se na especificidade do espaço de enunciação fronteiriço.

Ao renomear algo, há a instauração de um funcionamento semântico que está na língua, pela designação significada pelas condições sócio-históricas nas quais é posta em funcionamento, assim significando novos sentidos.

Souza (2007, p.52) postula que designar “é fazer significar, é produzir sentido, considerando que o que funciona no processo de designação são os sentidos produzidos a partir de relações enunciativas e discursivas”. Logo, a constituição de

sentidos se dá na designação da língua pelo falante enunciador fronteiriço, em um espaço de enunciação fronteiriço.

A fronteira significada pelo imaginário no que se refere à relação do sujeito com as línguas que pratica permite que se configure um lugar de integração e litígio. Esta situação transparece na língua, que singulariza inclusive os modos de vida dos fronteiriços, pois o sujeito que habita essa zona diz no próprio discurso da sua relação com as línguas o espaço de enunciação fronteiriço.

Assim, os enunciados recortados permitem mostrar o processo de designação e como através de tal processo as relações vão significando na fronteira e configurando um conjunto de práticas fronteiriças, as quais constituem um espaço de enunciação, que também aponta para um lugar de significar, inclusive, o identitário dos seus falantes.

CAPÍTULO 4

SUJEITO E LÍNGUA NA FRONTEIRA

4.1 Dois pontos de um sujeito enunciator

Dois aspectos de um sujeito enunciator interessam para este trabalho. O sujeito social, enquanto um sujeito-falante fronteiriço, pela história, pelo lugar, pelas relações interpessoais e pela sociologia que o objeto deste trabalho transparece; e o sujeito enunciator enquanto atravessado pelo político (cf. Guimarães, 2002), sujeito já entre-línguas, em um mesmo espaço geográfico, marcado pela condição sócio-histórica.

Guimarães (2002), em **Semântica do Acontecimento**, trabalha o conceito de enunciação como o funcionamento da língua em um espaço político, sendo, por isso o acontecimento de linguagem também um acontecimento político. É sob esta perspectiva que analisaremos os enunciados na seqüência.

O sujeito mencionado em **Semântica do Acontecimento** (Ibid.) é um sujeito enquanto constituído pelo político, portanto dividido, uma vez que o político é a contradição instaurada no dizer. O dizer já é em si uma escolha política, em que o sujeito ao enunciar se significa pelo embate decorrente de sua escolha, por sua vez condicionada pela história. Ressalte-se que tal definição do sujeito falante de Guimarães (Ibid.) diferencia-se, desse modo do conceito trabalhado por Ducrot (1987), afinal neste vamos perceber um falante empírico enquanto naquele vamos perceber um falante atravessado pelo político.

Os conceitos de Guimarães (Ibid.) neste trabalho se justificam pelo fato de que enfocamos as línguas espanhola e portuguesa a partir das relações que elas estabelecem entre si, funcionando no espaço de enunciação fronteiriço (cf. Sturza, 2006). Nesse espaço, consideramos as relações entre sujeitos e línguas entendendo sujeito como um *enunciador político* e língua como *fluida* (cf. Orlandi, 2002).

Assim, o espaço da enunciação é um espaço que reflete também na língua os modos de constituição do espaço social fronteiriço, no qual o sujeito falante

estabelece suas interações sociais e compartilha sua história. Social porque transgride, deixando de ser a idéia de uma 'linha de defesa' ou um trânsito de lugar. Constitui-se, ao contrário, como um lugar de condições propícias para o diálogo, para o intercâmbio, para a mobilidade dos sujeitos - sujeitos falantes condicionados pela realidade sócio-histórica na qual vivem, praticam línguas e relacionam-se.

Esse sujeito falante na especificidade do espaço de enunciação fronteiriço é aqui também tomado no seu sentido político, uma vez que tanto pelas características geopolíticas quanto pelas características sociais ele está em uma situação de entre-lugar, em posição de sujeito binário: entre duas línguas, entre duas nações, entre o 'interno' e o 'externo', o de 'dentro' e o 'de fora'. E, como referenda Sturza (2006, p. 122),

entende-se por sentido político aquele que remete à memória sócio-histórica das relações políticas de tais nações. A manutenção de um litígio que por longos anos sustentou o imaginário fronteiriço de que o outro é "hermano" mas também é o "inimigo", retoma nas línguas e nos dizeres sobre elas, o sentido geopolítico da fronteira, compreendida como o limite entre dois mundos.

O falante na posição de enunciar em 'línguas em contato' ou para enunciar sobre elas é um sujeito político, que manifesta 'na língua e nos dizeres sobre elas' a fronteira como limite, como linha divisória, como o extremo que separa o nosso Estado Nacional do outro Estado, o nosso do alheio.

A análise que faremos neste trabalho será enfocada a partir da Teoria Enunciativa, mas ao mesmo tempo, dialogará com a Análise de Discurso de filiação pêcheutiana, mobilizando conceitos necessários da referida teoria para contrapor e somar. Tal posição adotada implica em repensarmos constantemente as condições teórico-metodológicas dos conceitos utilizados. Podemos adotá-los, (re)significá-los, mobilizá-los em função do nosso objeto de estudo, das questões que queremos pesquisar e do corpus recortado para a investigação.

O corpus recortado se constituiu da seguinte forma: os enunciados para a análise foram recolhidos a partir de entrevistas gravadas e transcritas²⁵, realizadas nas cidades de Livramento/Rivera, separadas apenas por uma avenida e uma praça

²⁵ Neste trabalho não há interesse em realizar uma análise morfossintática dos dados obtidos. As transcrições realizadas consideraram os enunciados tal como foram ditos. Há uma contextualização histórico-social considerando que são aspectos que interessam para a nossa análise.

central que marca a fronteira geográfica por um obelisco. E na cidade de Bagé, separada geograficamente do Uruguai por um marco no meio do campo que determina o fim do Uruguai e o início do Brasil, ou vice-versa. Foram realizadas entrevistas²⁶ com pessoas que mantêm relações lingüísticas mais intensas com os uruguaios, ou os argentinos tais como: porteiros de hotéis, garçons, policiais civis, entre outros, considerando as suas atividades profissionais.

Os sujeitos foram de certo modo induzidos a responder-nos porque o nosso procedimento ao recolher os enunciados foi o seguinte: as perguntas iniciais eram de aproximação com o nosso informante, a continuação lhes perguntávamos sobre o contato que costumam ter com uruguaios e/ou argentinos e, a partir disso, sobre a forma de comunicação ou a língua que usam ao estabelecer tal contato. Dessa forma recolhemos os nossos dados. Realizamos dez entrevistas e delas selecionamos cinco entrevistas²⁷ para mostrar, a partir dos referidos enunciados, como esse sujeito político diz na língua sobre a língua, demarcando as relações estabelecidas de línguas em contato.

Ressalte-se que os enunciados permitem-nos algumas interpretações para as questões enunciativas que permeiam o nosso trabalho. A partir deles, inferimos, por exemplo, que a circulação das pessoas sempre foi intensa nessa fronteira entendida como um lugar de divisão, de separação, como o lugar geopolítico que determina o nosso fim e o início do outro. E, com uma intensidade que se materializa lingüisticamente se consideramos a fronteira social como um lugar de sentidos depreendidos, configurados em um espaço de presença das línguas que ultrapassam os limites geográficos e permitem o deslocamento das línguas para além das margens desse entre-lugar. Assim, essa circulação se manifesta quando esse sujeito da fronteira se enuncia.

Considerando esse entre-lugar e a posição adotada neste trabalho, trazemos novamente a definição dada a esse espaço tão peculiar designado por Sturza (2006) como de enunciação fronteira, o qual retomamos neste momento para situar-nos novamente no espaço geográfico e no espaço social de onde foi buscado o corpus que constitui esta pesquisa.

²⁶ As entrevistas realizadas constam transcritas na íntegra no Anexo 1.

²⁷ As cinco entrevistas selecionadas trazem na materialidade lingüística as designações que os sujeitos inseridos em um Espaço Fronteira dão às línguas que praticam, por isso, selecionamos apenas cinco das dez que tínhamos.

Assim, segundo Sturza (Ibid., p. 74):

O Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço constituído por um conjunto de línguas, no qual se inclui o cruzamento de línguas. E o cruzamento é significado de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pelo resultado da mistura dessas línguas que se materializa em uma outra prática lingüística.

Nos recortes que vamos apresentar, observamos os enunciados que mostram o cruzamento das línguas mencionado pela autora supracitada, e consideramos que esta prática lingüística parece sobressair-se quando no nível da oralidade, fato que pode explicar-se pela falta²⁸, entre outras, de registro escrito dessas práticas lingüísticas fronteiriças.

Procuramos, desta maneira, enfocar especificamente as categorias de análise referidas anteriormente: espaço de enunciação, espaço de enunciação fronteiriço e, a partir deles, a designação.

Para analisar o espaço de enunciação fronteiriço não mobilizamos categorias lingüísticas efetivamente, e sim observamos a relação entre as comunidades fronteiriças que se evidenciam na materialidade lingüística: que língua foi produzida e como operam no dizer, quais as designações que utilizam para remeter à língua que falam.

A partir da exemplificação dada por Sturza (Ibid.) sobre o cruzamento das línguas e as designações dadas às práticas lingüísticas fronteiriças pelos sujeitos desse espaço enunciativo, pensamos em como funciona na língua um discurso sobre a língua, representado na materialidade lingüística por uma designação dada à língua do outro. Isso se configuraria em um modo de atribuir nome à língua do outro na própria língua, na sua materialidade.

Outro aspecto que nos interessa ressaltar são as condições de produção desses enunciados recortados. Zoppi (2008, p. 34) esclarece-nos sobre as condições de produção dos enunciados recortados afirmando que:

o conceito de condições de produção, por sua vez, designa não os sujeitos falantes, empíricos, mas a representação imaginária dos lugares que ocupam na estrutura social. O que entra em questão não são as “competências lingüísticas”, mas as formações discursivas a partir das quais enunciam. Além disso, se para Auroux, a “realidade não-lingüística” participa do sentido (ibidem,

²⁸ Esclarecemos que neste trabalho não houve interesse em recolher enunciados escritos, neste momento nos detivemos nos enunciados orais.

p. 23) na perspectiva da AD, é antes a imagem do referente configurada como condições de produção de um discurso – e não a realidade física em si. Enfim, enquanto para Aurox as “relações de comunicação têm lugar em certos ambientes”, para a AD, o contexto imediato, assim como o contexto social, histórico e ideológico, são constitutivos das práticas discursivas.

Neste ponto então, tomamos as condições de produção a partir da perspectiva da Análise de Discurso. Daí a possibilidade de refletirmos sobre o contexto imediato, o contexto social, histórico e ideológico que permeiam as práticas lingüísticas e os enunciados recortados.

Nos enunciados, as designações funcionam semanticamente com uma remissão às línguas e às relações. Há expressões nominais, que configuram o funcionamento morfossintático das designações e que se representam em alguns enunciados como nomes para essas línguas.

Semanticamente, os nomes constituem-se de sentidos nos diferentes modos pelos quais eles são mobilizados quando em funcionamento na língua pelo sujeito enunciator, o locutor. O funcionamento semântico das expressões nominais que se referem às línguas constitui-se de um dizer sobre a língua no qual se designa a língua, sendo esse o objeto de análise deste trabalho.

Como modo de apresentar o funcionamento semântico das designações nos enunciados recortados, em um primeiro momento apresentaremos o enunciado, destacaremos o segmento que nos interessa, e, em um segundo momento, retomaremos essas designações a partir das definições dadas pelos dicionários como forma de registro, de legitimidade que os dicionários estabelecem para as palavras.

O primeiro enunciado selecionado é:

(SE)1. *Esses **castelhanos** são muito calaveras.*

Do enunciado selecionado, recortamos o segmento enunciativo abaixo:

(SE)1.1 **Esses** *castelhanos*

No recorte (SE)1.1 observamos que o determinante **esses** significa uma relação de contato, de conhecimento de quem é esse outro, sem a qual ele não se constitui como sujeito da fronteira, como aliado político em determinados momentos históricos, como sujeito social através das relações interpessoais e/ou como parceiro econômico e comercial.

O uso do **esse** (SE) 1.1 em um enunciado produzido por um sujeito falante fronteiriço brasileiro em relação a um uruguaio significa uma distância, embora relativa, pois os vizinhos não são próximos o suficiente. Assim sendo, há aqui inicialmente o estabelecimento de um distanciamento espacial materializado na língua e sinalizado pelo uso do **esse**.

Não obstante, na constituição da materialidade lingüística, este segmento enunciativo está composto por um sintagma nominal – **Esses castelhanos** (SE) 1. – que marca o ‘outro’, o ‘alheio’, o ‘do lado de lá’. **Castelhanos** (SE)1. significa um nome que, ao mesmo tempo em que marca o sujeito do outro lado da linha limítrofe, também remete à questão histórica da disputa entre os domínios territoriais dos impérios europeus, de Portugal e Espanha que se estabeleceram nesta região.

A palavra **castelhano**, segundo o **Dicionário Etimológico de la Lengua Española** (1998), é uma palavra derivada da palavra *Castilla*, a região de Espanha que detinha o poder econômico e político na época da colonização do continente americano. O nome da região era o nome da língua, que em virtude de razões políticas era a língua da unificação do Estado espanhol por ser a língua da rainha, logo a língua que estabeleceu a unidade nacional.

Nesse sentido, apresentamos um quadro com os significados atribuídos à palavra **castelhano** por dicionários, como o **Vocabulário Sul Rio-Grandense** (1964), o **Aurélio** (1993), o **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul** (1997), o **Breve diccionario etimológico de la lengua española** (1998), o **Diccionario Planeta de la lengua española** (1991), todos considerados referência tanto na língua portuguesa como na língua espanhola.

Dicionário	Palavra	Definição
<p>Vocabulário Sul Rio-Grandense (1964)</p>	<p>Castelhano</p>	<p>a, adj. Oriental ou filho da República Oriental e também da Argentina. É, porém, mais empregado em relação com os espanhóis, quando eram possuidores daquele país, andaram sempre em luta os portugueses e brasileiros especialmente os rio-grandenses que, com intenção deprimente empregam este vocábulo, derivado do nome de Castela. É uma herança que recebemos dos nossos antepassados, os portugueses, quando em continuas lutas e rivalidades com os filhos do reino de Castela e com toda Espanha, apelidavam de castelhanos aos espanhóis em geral. (R. Correa). – adj. é sempre o oriental, o filho do Uruguai. (Callage) – adj. oriental, o filho da República Oriental e também da Argentina (Teschauer).</p>
<p>Mini dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1993)</p>	<p>Castelhano</p>	<p>De Castela (Espanha). Bras., S. do Uruguai ou da Argentina. O natural ou habitante de Castela. A língua espanhola.</p> <p>Bras., S. O natural ou habitante do Uruguai ou da Argentina.</p>
<p>Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul. (1997)</p>	<p>Castelhano</p>	<p>O natural do Uruguai ou da Argentina. Relativo ao Uruguai ou à Argentina.</p>
<p>Breve diccionario etimológico da la lengua española (1998)</p>	<p>Castelhano</p>	<p>(adjetivo) 'de Castilla del idioma español' [castellano substantivo hacia 1140] 'persona de Castilla; idioma español': latín medieval castellanus 'de Castilla' (influido por el latín castellanus 'habitante de un castillo', de catellanus 'de un castillo' de castellum 'castillo'; véase castillo), de Castella 'Castilla' (véanse Castilla, castillo, casto) + anus 'de' (véase ano)</p>

Diccionario Planeta de la lengua española usual. (1991)	Castelhano	adj. y n.: relativo a Castilla: La mesera castellana constituye la primera zona española en el cultivo de trigo y cebada. La emigración rural de los castellanos a zonas industriales ha ocasionado un importante fenómeno social. Adj. y n. m. Relativo a la lengua española: El idioma castellano deriva esencialmente del latín hablado por los romanos que ocuparon la península. El castellano es el idioma nacional de España y de los países hispanoamericanos.
--	-------------------	---

Como podemos perceber através das definições dadas pelos dicionários pesquisados, a palavra **castelhano** (SE)¹ significa por um resgate histórico. Há uma síntese histórica da memória da palavra. É esta memória que remete ao litígio, à disputa entre os reinos europeus de Portugal e Espanha e, ao mesmo tempo, designa o sujeito natural do Uruguai ou da Argentina, esse sujeito vizinho que não pode ser próximo.

Observando as definições legitimadas pelos dicionários, quando o sujeito falante se utiliza dessa designação, ele define e qualifica quem é esse outro com o qual se relaciona e que na perspectiva desse sujeito enunciador é exterior a ele.

A designação **castelhano** remete a uma memória de dizeres que resulta da própria história da formação da sociedade do Rio Grande do Sul, hoje rememorada cada vez que é enunciada para referir o vizinho do outro lado da fronteira, tal como estão descritos os verbetes nos dicionários pesquisados.

Essa remissão é marcadamente uma característica designativa do falante de português do Rio Grande do Sul, sobretudo quando inserido em um espaço de enunciar tão específico como esse.

Essa é uma sinalização, portanto, da memória discursiva (cf. Orlandi, 2005) significada na materialidade lingüística, um processo que se constitui em seu sentido político e que tece seus efeitos simbólicos por meio do jogo entre constituição e formulação. Afinal, remetendo-nos ao conceito já definido memória discursiva é aquela que nos leva ao intradiscorso (atualidade) conforme Orlandi (2005).

Em relação ao político, o sujeito ao enunciar (re)significa o litígio produzido pela disputa territorial da fronteira no qual a palavra **castelhano** funciona, a fim de marcar a procedência qual seja a de ser, neste caso, o estrangeiro, aquele que está do lado de lá, o outro.

Ainda do segmento enunciativo (SE)1, destacamos:

(SE)1.2. *Esses castelhanos são muito **calaveras***

Neste recorte nos interessa destacar que a palavra **calavera** (SE)1.2., no mesmo enunciado, predica sobre **castelhano** de modo pejorativo, pois **calavera** segundo o **Vocabulário Sul-Rio-Grandense** (1964) é: “adj. velhaco, o mesmo que caborteiro. (CALLAGE). S.m. e adj. (R.G.do Sul), velhaco, caborteiro: ‘...apesar de já sentir a memória mais esburacada que poncho de calavera.’ (J. S. Lopes Neto, Cont. Gauch., 179), etc”.

Temos uma definição do próprio falante que predica algo sobre **castelhano**, ou seja, atribuindo-lhe o sentido de velhaco, caborteiro. A referência utilizada pelo autor para essa definição remete, por sua vez, ao uso da palavra indicando sua circulação na cultura gauchesca, neste caso já registrada em textos literários²⁹.

E mais, o caráter de generalização (**são**) que a palavra **calavera** toma neste enunciado de modo intensificado (**muito**) é mais um exemplo dessa memória do litígio por meio da qual o outro é visto como oposto, contrário e inimigo, reforçando a idéia do ‘outro’ como estranho, diferente, mas o sujeito fronteiro não se constitui sem o outro, o que nos faz lembrar a imagem da fronteira mencionada por Sturza (2008) no texto: *A Interface Português/Espanhol e a Constituição de um Espaço de Enunciação Fronteiro*, como a de uma moeda que é constituída por cara e coroa.

Assim, continuando com a nossa análise apresentamos o segundo enunciado recortado:

²⁹ Nota: ...**calavera** foi o grito no ranchito de má fama (...) pro maula que foi ferido de morte por arma branca”. Trecho da música “Calavera” de Leonel Gomez.

(SE) 2 *Quando eu falo com eles falo apaisanado*

Deste enunciado recortamos primeiramente o segmento enunciativo abaixo:

(SE) 2.1 *falo apaisanado*

Destacamos do (SE)2 a utilização do pronome pessoal **eu** marcando o lugar do locutor, que ao mesmo tempo enuncia seu ponto de vista. Já o verbo usado pelo enunciador em primeira pessoa – **falo** - instaura a relação do lugar do dizer, significando enquanto um sujeito falante brasileiro em sua relação com um sujeito uruguaio, relação tal enunciada na língua e apresentada pela materialidade lingüística.

Nesse sentido, sabemos que toda fala requer um ouvinte – e, neste enunciado o verbo falar pressupõe o alocutário. Não apenas o sujeito fronteiriço se coloca no lugar do locutor desse dizer como se sente autorizado para tal ao enunciar uma perspectiva sobre quem é esse ouvinte. Principalmente, porque produz um discurso sobre a relação língua e sujeito.

Nesse sentido, retomamos Flores & Teixeira (2005) quando nos colocam a questão da apropriação da língua pelo sujeito, o qual se posiciona com marcas lingüísticas que lhe são características. No caso em análise, o sujeito-falante³⁰ do segmento enunciativo (SE)2 afirma que ao dirigir-se verbalmente a um cidadão uruguaio, ele fala **apaisanado**, fazendo referência à palavra **paisano**, uma forma de designar compatriotas. O sentido aqui atribuído se constrói por um parâmetro de aproximação, significando as pessoas do mesmo pago, do mesmo país.

A seguir apresentamos um quadro com a definição retirada de dicionários especificados abaixo, levando em conta as descrições e definições tanto na língua portuguesa como na língua espanhola, para o verbete **paisano**:

³⁰ Este enunciado foi recortado de uma conversa com um policial civil, residente na cidade de Bagé e que atende a pessoas provenientes da fronteira. Não tomamos este enunciado pelo viés do estar “apaisanado” como “uso ou não da farda” nesta pesquisa.

Dicionário	Palavra	Definição
Houaiss, pag. 2105	Paisano	1. Que ou o que é compatriota, patricio. 2. Que ou o que não é militar. 3. Bode quase adulto, para reprodução, pessoa natural de uma região de pay, 'região', pago, habitante de pago, o território do pago, do cantão.
Vocabulário Sul Rio-Grandense, (1964)	Paisano	compatriota, do mesmo país.
Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul (1997)	Paisano	Do mesmo país. Amigo, camarada. Camponês, não militar. Exemplo: “Os <i>paisanos</i> das duas terras brigavam, mas os mercadores sempre se entendiam...” (Simões Lopes, <i>Contos Gauchescos e Lendas do Sul</i> , P.A. Globo, 1973, p. 90).
Dicionário de Americanismos (1998)	Paisano	adj. 1. Fam. Español. U.t.c.s. 2. Serrano. U.t.c.s 3. Extranjero. U.t.c.s. 4. Compatriota, conciudadano. U.t.c.s.
Diccionario Planeta de la lengua española usual, (1991).	Paisano	Con relación a una persona, otra que es del mismo país, de la misma región o provincia: ej.: <i>Hace años que trabajan juntos y hasta ahora no se han enterado de que son paisanos. Le gustaba ir al centro aragonés para reunirse con sus paisanos y hablar de su tierra.</i> El que no es militar: <i>Soñaba con licenciarse y volver a ser un paisano.</i>

As definições dadas pelos dicionários indicam que paisano tem relação com a origem do sujeito. No enunciado recortado, **apaisanado** especifica-se pelo modo de circulação da palavra, que apresenta um domínio semântico mais relacionado com o universo campesino, característica social dessa fronteira geográfica. Portanto,

apaisanado remete a sujeitos que se identificam como fronteiriços recolhidos e aproximados nesse espaço social.³¹

Enquanto designação, **apaisanado** funciona nesse enunciado para renomear o outro a partir dos sentidos que se constituem pelas condições sócio-históricas nas quais esses sujeitos estão inseridos. Seja por sua procedência ou pelo modo de dirigir-se ao outro, **apaisanado** designa, sobretudo, uma relação entre os sujeitos que neste caso se dá pela língua.

Se retomarmos as definições dos dicionários, veremos que o sentido dessa palavra no enunciado (SE)2 apresenta um deslocamento do seu funcionamento semântico. Essa situação ilustra como o dicionário tem uma definição fechada, ou seja, não está afetado pelas condições sócio-históricas que levam essa palavra a circular de modo distinto e ter sentidos outros, movidos, migrados, etc.

O terceiro enunciado recortado é:

(SE)3. *O idioma que mais se usa do lado de cá, na fronteira, é esse **portunhol** pra gente poder se entender.*

Destacamos o segmento enunciativo:

(SE)3.1. *esse **portunhol***

³¹ “Los subúrbios coloniales de Buenos Aires estuvieron habitados por guaraníes, morenos y **paisanos**”.* En el Río de la Plata **paisano** es el hombre del campo dedicado a la ganadería y que desempeña labores determinadas y estables. **Paisano** es tanto el peón como el patrón dueño de estancias”. GUIDO, C. Rey de y GUIDO (1880 – 1925, p. XIII) –

Tradução nossa [...] “Os subúrbios coloniais de Buenos Aires estiveram habitados por guaranis, morenos e **paisanos**”*. “No Rio da Prata paisano é o homem do campo dedicado ao gado e que desempenha atividades determinadas e estáveis. **Paisano** é tanto o peão como o patrão dono de fazendas.”

Essa identificação também é explicitada nas letras das canções pertencentes ao gênero música gaúcha como mostramos em um recorte da canção “Orelhano” (Dante Ramón Ledesma): “...orelhano ao **paisano** de tu estampa não se pede passaporte nestes **caminhos do pampa**...” Grifos nossos.

Neste enunciado, a designação portunhol dita pelo falante já aparece como um nome dado a uma prática lingüística que resulta da mistura das duas línguas em contato, mistura essa que foi marcada inclusive na própria grafia da palavra.

Essa designação significa ainda um modo de falar atravessado pela idéia de interação, pelo funcionamento que essa prática tem para as pessoas que vivem na fronteira. O segmento enunciativo (SE)³ mostra que o portunhol para o locutor tem o status de língua, porque é uma língua que funciona nas relações fronteiriças. Em outras palavras, é um determinante indicador da apropriação dessa designação pelo sujeito fronteiriço, que não só pratica essa língua como a reconhece como uma língua própria do lugar.

O **portunhol** (SE)³ como uma designação que remete a uma mistura das duas línguas nacionais em contato é significada pelo falante como pertencente ao seu espaço de enunciação.

Não tratamos da descrição lingüística dada pela comunidade acadêmica³², à palavra portunhol, estamos tratando neste caso da língua do falante, da língua do outro e ao mesmo tempo da língua que ele utiliza para relacionar-se com o outro. O **portunhol** significa, neste caso, uma síntese na medida em que funciona para as relações cotidianas de interação entre os fronteiriços brasileiros e uruguaios, ou seja, de falantes de português e espanhol. Para o falante fronteiriço o **portunhol** é uma das línguas que ele fala.

Ao modalizar o quanto o espanhol é falado na fronteira, evidencia-se que também existem outras práticas lingüísticas que disputam o espaço de enunciação fronteiriço, bem como a supremacia de umas em relação a outras, supremacia essa dita pelo falante ao expressar-se conforme (SE³ - O idioma que *mais* se usa).

Dessa forma, para a continuação do nosso procedimento de análise apresentamos o quarto enunciado recortado:

³² Não entendemos portunhol neste momento como um processo de interlíngua o qual, segundo Fernandes & Sturza (2007): "é uma gramática transitória que o aluno elabora durante o seu processo de aprendizagem em uma segunda língua. Segundo o modo como este processo avança, a interlíngua dará lugar ao sistema lingüístico da língua meta, não de uma maneira linear, mas sim com períodos de avanços e retrocessos".

(SE)4 *Nós temos as duas línguas muito próximas, então a gente faz uma mescla quando fala com os hermanos.*

Deste enunciado destacamos o segmento enunciativo:

(SE)4.1 *a gente faz uma **mescla** quando fala com os **hermanos**.*

Mescla³³ (SE)4.1 é uma designação dada do mesmo modo que *portunhol* a uma relação das línguas, no entanto **mescla** não é um nome, ela refere um processo do qual se constitui esse modo de falar, é a junção das duas línguas em contato apesar de, no enunciado ela já funcionar como designação.

Quando o falante enuncia a palavra **mescla**, ele diz pelo enunciado que essa é a designação que se dá ao resultado do contato entre línguas muito próximas como é o caso do português e do espanhol, conforme já explicitamos anteriormente. Por isso, é a designação que se dá a esse modo de falar.

O sentido que o falante atribui a essa designação no enunciado (SE) 4.1 significa este lugar que ele mesmo ocupa como sujeito afetado pelas línguas com as quais se relaciona, estando, assim, entre línguas.

Por outro lado, o sujeito enunciador traz o sentido do litígio para o enunciado ao usar a palavra **hermanos**, a fim de referir-se ao outro, na língua do outro, marcando o distanciamento. Dizemos que o sujeito falante fronteiro reconhece a mescla (a proximidade) na língua, pela língua, ao mesmo tempo em que estabelece o distanciamento novamente evidenciado na materialidade lingüística.

³³ Nota – Mescla, segundo o **Dicionário Aurélio Buarque de Holanda** (1993, p. 361), é: “Mistura de elementos diversos; amálgama, misto”.

O quinto enunciado recortado é:

(SE)5. *Eu não sou daqui, faz três mês que tô aqui, por isso não consigo entender esse gaúcho que mais parece espanhol que os cara usam aqui.*

O segmento enunciativo destacado é:

(SE)5.1. *esse **gaúcho** que mais parece **espanhol***

Neste segmento recortado, (SE)5, percebermos o olhar do sujeito de fora – do externo ao lugar – a esse espaço geográfico. Sendo de outra região do país, o sujeito falante posiciona-se a partir de uma perspectiva de designar a língua falada na fronteira por meio da semelhança com uma variante do português brasileiro.

O sujeito falante deste enunciado não é o gaúcho – o sujeito natural do Rio Grande do Sul – é sim um sujeito que está falando como quem está ainda fora das condições de produção do enunciado. É um sujeito falando em um espaço de enunciação fronteiriço, mas com um dizer que não se constitui por uma historicidade relacionada ao lugar, como podemos perceber em sua fala (SE)5. Por isso afirmamos que esse sujeito tem um imaginário de **gaúcho** atrelado à língua.

Desde esse lugar do dizer, lugar em que ele se põe ao distanciar-se linguisticamente, este sujeito está atribuindo uma semelhança que talvez só ele pode perceber por estar em um lugar do dizer distanciado do espaço enunciativo em que está inserido.

Gaúcho, segundo o dicionário **Aurélio** (1993, p. 270), é: “s.m. rio-grandense-do sul”, ou seja, **gaúcho** é a definição dada e uma pessoa natural do Rio Grande do Sul.

No recorte (SE) 5.1, a designação **gaúcho** ao mesmo tempo em que define um tipo social, funciona semanticamente como nome de uma variedade do português, especificamente a língua utilizada na fronteira. Portanto, **gaúcho** é uma designação que funciona na língua por remeter nesse enunciado à sua relação com a língua espanhola.

É interessante que **gaúcho** seja um termo comum da nossa cultura rio-platense, mas que defina a pessoa do campo pertencente ao pampa, não necessariamente do Rio Grande do Sul, mas do pampa da Argentina ou do Uruguai. Nesse sentido, o uso da palavra **gaúcho**³⁴ tem uma memória instaurada como o homem que circula pela região rio-platense.

Assim sendo, esse enunciado recupera, ele mesmo, a idéia do senso comum de que o português do Rio Grande do Sul se parece ao espanhol falado na Argentina e no Uruguai.

A partir da análise dos enunciados acima temos que há enunciados em que a designação se significa funcionando por relações diferentes, ou seja, um modo que é atrelado à língua, mostrando um discurso sobre a língua, no qual o sujeito falante fronteiriço produz uma metalinguagem, fazendo um discurso sobre a língua como produto.

Nesse sentido podemos dizer que as designações dos enunciados que selecionamos estabeleceram dois parâmetros de designação:

falar apaisanado \Rightarrow portunhol \Rightarrow mescla \Rightarrow gaúcho

Neste caso, a partir das designações dadas pelos falantes fronteiriços podemos pôr no primeiro parâmetro as que atrelam: língua e sujeito, a designação da língua do sujeito (falar apaisanado – portunhol – mescla) com a nacionalidade do sujeito, a procedência do sujeito, funcionando também como uma designação da língua do falante (gaúcho).

³⁴ ... el gaucho pertenece por igual – como dice Daniel Vidart – a las zonas ganaderas de Argentina, Brasil meridional y Uruguay” GUIDO, C. Rey de y GUIDO, (1880 – 1925, pág. XIII) – Tradução nossa [...]” ... o gaúcho pertence por igual – como diz Daniel Vidart – às zonas de gado da Argentina, Brasil Meridional e Uruguai”

Por outro lado, as palavras:

hermano \Rightarrow calavera \Rightarrow castelhano

pertencem ao segundo parâmetro estabelecido. Ou seja, são palavras da língua do outro que o falante usa para designar esse outro, estão na língua do outro mas remetem a um universo comum da fala dos falantes na fronteira.

Podemos perceber a partir dos enunciados mostrados que temos na língua designações atreladas a expressões as quais remetem a um espaço social comum. Assim, essa designação é menos direta que a outra, mais mascarada, menos explícita, atrelada a um modo de ver o outro e, que por isso mesmo instaura a distância, faz menos nítida a aproximação, e instaura uma vez mais a questão do litígio na fronteira.

As designações através da primeira seqüência – na língua designam a língua – o falante tem uma idéia do que é língua. Na segunda seqüência as designações significam o sujeito na língua – retomam essa imbricação de sujeito e língua. Por isso, não há como separar essa relação entre sujeito e língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho era a de mostrar através de enunciados orais a designação dada na fronteira às línguas que se praticam nesse espaço de enunciar particular. Essa designação evidenciada pelos enunciados recortados nos leva a uma interpretação também do funcionamento das línguas na zona fronteira, buscando entender os sentidos que se constituem a partir das relações estabelecidas entre fronteira, língua e sujeitos.

Dessa forma, a contextualização histórica feita com base em autores que estudam a fronteira em seu aspecto mais peculiar nos possibilitou conhecermos uma história de constituição do espaço de enunciação que tomamos para este trabalho e, assim contribuiu também para a interpretação da significação das línguas nesse espaço.

Nesse sentido, podemos tecer algumas considerações sobre as situações vislumbradas que os enunciados recortados nos apontaram. Ou seja, o sujeito que se manifestou produziu na língua um discurso sobre a língua, e aí instaurou um processo designativo que se significou através desses enunciados produzidos.

Esses enunciados de certa forma nos encaminharam para duas direções, neste momento ditas aleatoriamente. A primeira nos mostra o olhar de quem está de fora, do sujeito que se distancia do espaço de enunciação fronteira. Esse sujeito percebe a semelhança entre o espanhol e o português do Rio Grande do Sul manifestando isso pela designação gaúcho, designando a língua portuguesa do Rio Grande do Sul por tal nome.

Em contrapartida quem está dentro do espaço de enunciação fronteira, o sujeito do local estabelece a diferença, marca na língua e pela língua aquilo que o separa do outro, evidencia a sua relação com o vizinho demarcando através da fala o seu distanciamento.

Uma vez mais, a partir das designações que recortamos neste trabalho mostramos a relação do sujeito com a língua, como a designação funciona semanticamente relacionando sujeito e língua, e dizendo-nos que a língua tem memória, manifestada neste caso pelo litígio que continua porque existe uma memória das disputas significadas na língua.

Assim, a fronteira se significa por um universo de coexistência e ao mesmo tempo de sentidos contraditórios, formando assim um universo a parte, onde a integração se realiza.

Não há nessa perspectiva política entre línguas e falantes, como nos diz Sturza (2006) uma língua nacional, materna ou segunda língua, há um universo de designações funcionando e relacionando pela significação sujeito e língua.

Por isso acreditamos que este trabalho contribui para os estudos sobre enunciação na fronteira e nos leva a uma reflexão sobre a atitude da lingüística brasileira no sentido de dirigir um olhar para as práticas lingüísticas fronteiriças e sobre o que elas podem dizer-nos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBISAN, Leci Borges. O Conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. In: **Letras, n.º 33**. Santa Maria. PPGL/ UFSM, pp.23-35, 2006

BARRIOS, Graciela. **Políticas lingüísticas en el Uruguay: estándares vs. Dialectos en la región fronteriza uruguayo-brasileña**. *Boletim da ABRALIN*, n. 24, p. 65-82, 2002.

BARRIOS, Graciela. Políticas lingüísticas y grupos minoritarios en el Uruguay. **Revista de Estudios de Sociolingüística**. Vigo- Espanha, 2004.

BENVENISTE, Emile. (1974) **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, Pontes, 1989.

BRAIT, Beth. Enunciação e intersubjetividade. In: **Letras, n.º 33**. Santa Maria. PPGL/UFSM, pp. 37- 49, 2006.

CAMBLONG, A.

CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. Tese de doutorado, IEL/Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____Lengua extranjera y subjetividad – Apuntes sobre un proceso. In: **Estudios Lingüísticos XXXIII**, p. 38-52, 2004. [42/52]

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DUCROT, Osvald (1984) **El decir y lo dicho**: Polifonía de la enunciación. Buenos Aires, Paidós, 1986.

_____Osvald (1984) **O Dizer e o Dito**. Campinas, Pontes, 1988.

ELIZAINCÍN, Adolfo. **Algunas precisiones sobre los dialectos portugueses del Uruguay**. Montevideo-Uruguai: División de Publicaciones y Ediciones/Universidad de la República – Montevideo, 1979.

ELIZAINCÍN, Adolfo, BEHARES, Luis & BARRIOS, Graciela. **Nos falemo brasileiro: dialectos portugueses en Uruguay**. Montevideu: Editorial Amesur, 1987.

FERNANDES, I. & STURZA, E. (2007) **A fronteira como Novo lugar de representação do Espanhol no Brasil**. No prelo.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir & TEIXEIRA Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo, Contexto, 2005.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Os tratados de limites Brasil – Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre, RS. L&PM, 2004, v. 2.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do Sentido**. 2da Ed. Campinas, Pontes, 2002.

_____ Eduardo. **Semântica do acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2002.

_____ Eduardo. Política de línguas na lingüística brasileira. In: ORLANDI (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____ **Línguas do Brasil**: Apresentação. Ciência e Cultura v.57 n.2 São Paulo abr./jun. 2005

_____ Eduardo. Não só... mas também: polifonia e argumentação. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas, número 8, p. 79 -108, 1985.

_____ Eduardo. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, Pontes, 1989.

_____ Eduardo & ORLANDI, Eni. Unidade e dispersão: uma questão do sujeito e do discurso. In: ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo, Cortez; Campinas, Editora da Unicamp, 1999, 4ª. Ed.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 28.

MACHADO da Silveira, FREITAS e ADAMCZUK. Comunicação e faixa de fronteira. In: **XXV CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO**, 2002, Salvador. Anais, Salvador: Ciências da Comunicação, 2002, p. 10-19.

MAESTRI, Mário. **A ocupação do território**. Da luta pelo território à instalação da economia pastoril-charqueadora escravista. Passo Fundo, RS, UPF, Universidade de Passo Fundo, 2006.

MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MILÁN, SAWARIS, WELTER. El camino recorrido: Lingüistas e educadores en la frontera Brasil, Uruguay. In: TRINDADE, BEHARES (orgs). **Fronteiras, Educação, Integração**. Santa Maria: Palotti, 1996.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____ **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____ **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Cortez, Editora da Unicamp, 1999, 4ª. Ed.

_____ **Língua e conhecimento lingüístico**. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

_____ Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: ORLANDI (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

PAYER, Maria Onice. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna. In: ORLANDI (orgs.) **Política Linguística no Brasil**. Pontes, 2007.

PECHÊUX, M. (1983) Rolê de la Mèmoire. In: **Linguistique et Histoire**, CNRS, Paris, trad. Bras., Papel da Memória, José Horta Nunes, Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais**: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. P. 42.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, Mercado Aberto, 2002, 9ª. Ed.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: **Letras, nº 31**. Santa Maria. PPGL/UFSM, pp. 37- 49

STURZA, Eliana. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias lingüísticas**. 2006^a. 158f. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2006.

_____, Eliana. **O espanhol da escola e o espanhol do cotidiano**: um estudo de caso na fronteira Brasil-Argentina. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

_____, Eliana. **Fronteiras e práticas lingüísticas**: um olhar sobre o portunhol. Revista RILI/II, v. 1, n. 3, p.151-160. 2004.

ANEXO



ENTREVISTAS:

PRIMEIRA ENTREVISTA

Realizada na cidade de Bagé, com um porteiro de hotel, natural da cidade de Bagé, que trabalha no hotel há mais de dez anos.

Entrevistador: Bom dia, tudo bem?

Sujeito 1: Buenas.

Entrevistador: O senhor trabalha aqui há quanto tempo?

Sujeito 1: Trabalho aqui já tem mais de dez anos.

Entrevistador: O senhor tem ou teve contato durante esse tempo com uruguaios ou argentinos? Atende muitos deles?

Sujeito 1: Sim, tenho sempre. Sempre tem um por aqui, negócios na cidade, essas coisas. Esses castelhanos são muito calaveras.

Entrevistador: Por que o senhor diz isso?

Sujeito 1: Ah, porque eles tão sempre aprontando alguma aqui no hotel.

Entrevistador: Como o senhor se comunica com eles?

Sujeito 1: Olha, eu tento falar ai alguma coisa, mas não falo nada de espanhol, eu enrolo.

SEGUNDA ENTREVISTA

Realizada na cidade de Bagé, com um policial civil, natural da cidade de Bagé.

Entrevistador: Oi. Tudo bem? O senhor tem uns minutos para mim?

Sujeito 2: Bom dia moça tenho sim, passa por aqui.

Entrevistador: Eu soube que vocês atendem alguns casos que envolvem pessoas do Uruguai e da Argentina.

Sujeito 2: Sim, de fato, nós temos várias ocorrências com o envolvimento dos paisano. Seguido eles se metem em confusão por aqui.

Entrevistador: E como o senhor fala com eles quando os atende?

Sujeito 2: Bah tchê, eu vou te dizer, quando falo com eles, falo apaisanado, é o único jeito.

Entrevistador: Apaisanado? E como é isso?

Sujeito 2: É o jeito de falar mais próximo do espanhol. Nós aqui chamamos eles de paisanos, por isso que eu tô te dizendo que falo apaisanado.

Entrevistador: Está bem. Muito obrigada pela sua atenção, lhe agradeço muito a disponibilidade.

Sujeito 2: De nada, quando precisar, tamo aqui pra isso.

TERCEIRA ENTREVISTA

Realizada na cidade de Bagé, com um garçom, natural da cidade de Dom Pedrito.

Entrevistador: Boa tarde.

Sujeito 3: Boa tarde, tudo bem?

Entrevistador: Tudo bem, posso começar com as minhas perguntas?

Sujeito 3: Claro

Entrevistador: A minha pergunta é se na profissão que exerces aqui na cidade de Bagé atendes muitas pessoas de outros lugares?

Sujeito 3: Ah atendo sim, não durante todo o ano, mas tem época que aparece muita gente de fora.

Entrevistador: Sim, e essas pessoas são oriundas de quais lugares?

Sujeito 3: Vem de todo lado, mas tem muito castelhano. Principalmente do Uruguai.

Entrevistador: Muito bem, e nesses momentos como fazes para comunicar-te com eles?

Sujeito 3: Pois olha, o idioma que mais se usa do lado de cá, na fronteira, é esse **portunhol** pra gente poder se entender.

Entrevistador: E como funciona esse portunhol? Conseguem entender-se?

Sujeito 3: Sim, nós consegue, a gente se entendemo bem.

Entrevistador: Ok. Muito obrigada então, até a próxima.

Sujeito 3: Não precisa agradecer, até.

QUARTA ENTREVISTA

Realizada na cidade de Livramento, com um vendedor ambulante, natural da cidade de Porto Alegre.

Entrevistador: Oi. Boa tarde.

Sujeito 4: Oi. Tudo bom?

Entrevistador: E as vendas, prosperando?

Sujeito 4: Mais ou menos, na luta.

Entrevistador: É isso aí, temos que seguir na luta. Muitos uruguaios comprando?

Sujeito 4: Como sempre. Aparecem muitos.

Entrevistador: E como tu te comunicas com eles?

Sujeito 4: Nós temos as duas línguas muito próximas, então a gente faz uma **mescla** quando fala com os hermanos.

Entrevistador: Sim. E como é essa mescla?

Sujeito 4: É uma mistura de castelhano e português, eu não sei muito sobre isso, só sei que a gente se entende.

Entrevistador: Certo. Está bem. Bom, te agradeço muito viu, obrigada e desculpa tomar o teu tempo.

Sujeito 4: Nada, é um gosto. Um abraço.

QUINTA ENTREVISTA

Realizada na cidade de Livramento, com um garçom, natural do Rio de Janeiro e residindo há pouco em Livramento.

Entrevistador: Boa tarde.

Sujeito 5: Boa tarde. Você quer alguma coisa

Entrevistador: Sim, eu já faço o pedido, antes quero saber se posso te fazer algumas perguntas.

Sujeito 5: Se não é nada que ofende ...

Entrevistador: Não, não é nada que ofende, imagina, são perguntas sobre a tua forma de comunicar-te com as pessoas do lugar.

Sujeito 5: Vige, não sei se vo te responder isso não, é um negócio difícil viu, eu não sou daqui, faz três mês que tô aqui, por isso não consigo entender esse **gaucho que mais parece espanhol** que os cara fala aqui.

Entrevistador: Sim, e então como fazes para falar com as pessoas do outro lado da fronteira que vêm até aqui.

Sujeito 5: Vige, não é muito fácil não, os cara fala uma língua que eu não conheço, mas dou um nó neles ai e vai. Outro dia um cara falô assim: “olha aquele cusco ali, corre com ele”, meu ... até eu entender o que era cusco foi aquilo... e com os uruguaio é dose viu ... o meu colega me ajuda ali porque eu não falo esse portunhol deles daqui.

Entrevistador: (Risos) Então ta. Muito obrigada pela tua atenção, desculpa tomar o teu tempo. Chau.

Sujeito 5: Nada, valeu mesmo, foi um prazer. Chau.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)